

MARCELO YOSHIAKI HANAI AKASHI

A INTERVENÇÃO DA CASA BRANCA NO CHILE
Como o Governo dos Estados Unidos da América derrubou o Presidente
Salvador Allende do poder

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

BRASÍLIA - DF
2004

MARCELO YOSHIAKI HANAI AKASHI

A INTERVENÇÃO DA CASA BRANCA NO CHILE
Como o Governo dos Estados Unidos da América derrubou o Presidente
Salvador Allende do poder

Banca Examinadora:

Profa. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Prof. Marco Antônio Menezes
(Membro)

Prof. Renato Zerbini Ribeiro Leão
(Membro)

BRASÍLIA - DF
2004

AGRADECIMENTOS

Este trabalho incorre em enormes dívidas de gratidão. Os sábios ensinamentos e instruções de alguns dos professores com quem tive o prazer de conviver durante meu curso de graduação em Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília, que me inspiraram e me incentivaram a seguir a carreira acadêmica – Marco Antônio Menezes, Renato Zerbini Ribeiro Leão, Francisco Victor Boissou, Sérvulo, Carlito Zanetti, Rodrigo Azeredo e, em especial, minha orientadora, Raquel Boing Marinucci, que dispensou preciosos momentos na companhia do Roberto e do Francisco para me guiar na tarefa de produzir minha monografia de conclusão de curso.

Agradeço também à minha mãe, Luiza, que sempre me encorajou a seguir meus ideais, e à minha irmã, Paula, que, mesmo distante, sempre me apoiou em minhas decisões.

Gostaria de agradecer, ainda, à Júlia, fonte da força que me ajudou a começar e concluir este trabalho, e à Anna Cristina, que, caridosamente, fingiu não se importar com meus livros e papéis espalhados por sua sala.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise das ações de intervenção do governo dos Estados Unidos da América no Chile para impedir o sucesso dos planos social-democráticos de Salvador Allende Gossens, candidato à presidência em 1952, 1958, 1964 e, finalmente, em 1970, quando foi eleito. Salvador Allende, um marxista declarado, representava uma ameaça às políticas econômicas imperialistas de Washington em relação à América Latina, principalmente naquela época, quando o mundo vivia as tensões causadas pela Guerra Fria entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética. A influência comunista deveria ser eliminada do continente americano para que a democracia capitalista estadunidense pudesse triunfar no hemisfério, atendendo aos interesses de sua elite empresarial.

Após a contextualização do tema no âmbito da história e da teoria das Relações Internacionais, o autor apresentará um breve histórico da política chilena e sua longa tradição democrática. Por fim, será feita uma análise das atividades clandestinas de órgãos do governo estadunidense no Chile, sob o comando conjunto da Casa Branca e da Agência Central de Inteligência – CIA, enfocando os motivos que levaram os Estados Unidos a investir tantos esforços na derrota de Allende.

ABSTRACT

This work aims at analysing the intervention actions taken by the US government in Chile to avoid the success of Salvador Allende Gossens's social-democrat plans. Allende, who was a self-declared Marxist, had run for president in 1952, 1958, 1964 and finally in 1970, when he was elected. He represented a menace to Washington's imperialist economic policies towards Latin America, specially in those times when the world lived under the tensions caused by the Cold War between the United States and the former Soviet Union. The Communist influence had to be eliminated from the American continent so the US capitalist democracy could succeed in the hemisphere, meeting its business elite's interests.

Following the placement of the subject in the International Relations history and theory, the author will present a brief description of the Chilean political affairs and its long-lasting democratic tradition. Finally, an analysis of US government agencies clandestine activities in Chile will be discussed, focusing on the reasons that brought the United States to investing so many efforts in Allende's defeat. Such activities were under the joint command of the White House and the Central Intelligence Agency – CIA.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I	
Chile, 1973: As bases históricas e teóricas	03
1. A Guerra Fria	03
2. A democracia segundo Washington	07
3. A teoria da intervenção para a defesa da democracia	08
4. A teoria marxista do Estado	09
5. A teoria da soberania	10
Capítulo II	
Chile, de 1932 a 1973: 41 anos de história política	15
1. A democracia no Chile	15
2. Allende candidato	24
3. Allende presidente	29
Capítulo III	
As ações encobertas e o 11 de setembro chileno	34
1. Histórico das relações entre os Estados Unidos e a América Latina	35
1.1. As relações de Allende com países socialistas: Cuba e União Soviética	39
2. As Ações Encobertas no Chile	40
3. As técnicas utilizadas nas atividades encobertas no Chile	43
3.1. Propaganda	43
3.2. Influência sobre instituições e grupos chilenos	45
3.3. Influência sobre eleições chilenas	47
3.4. Apoio a partidos políticos	47
3.5. Apoio a organizações do setor privado	48
3.6. Promoção do golpe militar em 1970	50

4. Políticas econômicas dos Estados Unidos em relação ao Chile: 1970-1973	51
4.1. A dependência econômica chilena	51
5. O papel das empresas multinacionais nas ações encobertas	53
6. Track I e II	55
6.1. Track I	56
6.2. Track II	57
Conclusões	58
Bibliografia	60
Documentos eletrônicos consultados	62
ANEXO I	64

SUMÁRIO DE TABELAS

TABELA I

Técnicas de ações encobertas – Gastos realizados no Chile pelo governo dos Estados Unidos, 1963-73	45
--	----

TABELA II

Ajuda externa ao Chile proveniente de agências do governo estadunidense e de instituições internacionais	53
--	----

INTRODUÇÃO

A história política da América Latina é caracterizada por vários momentos em que os ideais democráticos a favor das massas foram reprimidos em prol dos interesses econômicos dos Estados Unidos da América. Toda tentativa de tornar um Estado latino-americano livre das rédeas do poder estadunidense foi derrubada por ações diretas ou indiretas sob o comando de Washington. Os planos de Salvador Allende Gossens para o Chile não foram exceção. A presente monografia representa o esforço do autor para contribuir para futuros estudos sobre a intervenção do governo dos Estados Unidos no andamento da política de Estados que se consideram (ou eram considerados) “independentes”, sendo privados de seu direito à soberania.

Este trabalho desenvolve a seguinte linha de argumentação. O capítulo I está voltado para considerações históricas e teóricas gerais, pertinentes ao restante da monografia. Será discutido o ambiente político desencadeado, no continente americano, pelo clima de tensão da Guerra Fria entre os EUA e a ex-URRS, que fez com que o governo estadunidense agisse no sentido de manter seus vizinhos latinos livres da influência soviética. Em seguida, será feita uma breve introdução ao conceito de democracia praticado por Washington, segundo o qual, como veremos, apenas seriam considerados democráticos os governos que respeitassem os interesses dos investidores estadunidenses. Serão apresentadas também a teoria da intervenção para a defesa da democracia e a teoria marxista do Estado, necessárias para o entendimento das ações dos Estados Unidos no Chile – Allende era um marxista declarado e defendia o socialismo como uma alternativa ao imperialismo da democracia estadunidense. Na última parte do primeiro capítulo, será discutida a soberania dos Estados, mostrando a diferença do termo na teoria e na prática.

Na primeira parte do capítulo II, discutem-se os 41 anos da história política do Chile, entre 1932 e 1973, com uma introdução à tradição democrática chilena. Nas partes 2 e 3, a vida política de Allende, desde que se candidatou pela primeira vez à presidência do Chile, em 1952, até os três anos em que ocupou o Palácio de la Moneda, entre 1970 e 1973.

No capítulo final, serão discutidos os fatos que envolveram as ações do governo dos Estados Unidos no Chile para impedir que o marxismo de Salvador Allende triunfasse no país, tornando-se um “mau” exemplo para os demais países latino-americanos. A grande

ameaça da revolução comunista tinha de ser eliminada do continente e, para isso, todo esforço foi direcionado para garantir a vitória da “democracia”. Fizeram parte das atividades da Agência Central de Inteligência – CIA no Chile a manipulação de diferentes ramos da mídia, influência sobre grupos e instituições chilenas, influência sobre resultados de eleições no Chile, apoio a partidos políticos e a organizações privadas de oposição e a prática de políticas econômicas restritivas contra o governo de Allende; tudo isso envolveu o uso de milhões de dólares (USD) dos contribuintes estadunidenses entre 1963 e 1973.

Capítulo I – Chile, 1973: As bases históricas e teóricas

Neste capítulo serão apresentados os fatos históricos e as bases teóricas que guiaram a política externa estadunidense em relação à América Latina após a Segunda Guerra Mundial.

Para isso, será feita uma breve introdução sobre o ambiente político desencadeado pelas tensões da Guerra Fria nos Estados Unidos e na América Latina, que fez com que o governo estadunidense adotasse medidas para manter o continente americano ao seu lado na guerra contra o bloco soviético. Uma dessas medidas consistia em intervir nos assuntos internos do Estados latino-americanos que apresentassem – ou pudessem apresentar – tendências comunistas, como no caso do Chile de Salvador Allende Gossens, um marxista declarado, eleito presidente em 1970 por vias democráticas. Desse modo, faz-se necessária também a discussão sobre a teoria da soberania dos Estados, ignorada nos casos de intervenção não-negociada, e sobre o marxismo em Allende, pretensa motivação das ações do governo estadunidense no Chile entre 1964 e 1973.¹

A questão da intervenção em defesa da democracia tem sido, desde meados do século XX, amplamente discutida entre chefes de Estado do continente americano, cientistas e pensadores políticos. Desde sua independência da Coroa britânica, a mais poderosa nação americana justifica a agressão com o uso da força militar “nos termos costumeiros da legítima defesa”² e vem desenvolvendo e disseminando a sua definição de democracia liberal capitalista como a verdadeira mantenedora da paz³ e, principalmente com o início da Guerra Fria, empenha-se para barrar a expansão do comunismo no continente americano – expansionismo soviético significava, para o governo estadunidense, o impedimento à prática do sistema capitalista.⁴

¹ Patricia VERDUGO, *Chile, 1973 – Como os EUA derrubaram Allende, passim*.

² Noam CHOMSKY, *Contendo a democracia*, p. 53.

³ A democracia moderna é um produto do processo capitalista e encontra seus alicerces nos ideais burgueses, segundo os quais o governo existe para defender as aspirações daqueles que detêm a propriedade dos meios de produção (Joseph A. SCHUMPETER, *Capitalismo, socialismo y democracia, passim*). Nos países onde a industrialização é fortemente financiada pela burguesia o apelo ao socialismo tende a ser menor, como no caso dos Estados Unidos (Alain TOURAINE, *O pós socialismo*, p. 34.).

⁴ Noam CHOMSKY, *Contendo a democracia*, p. 45.

1. A Guerra Fria

O termo “guerra fria” foi usado pela primeira vez por Bernard Mannes Baruch⁵, conselheiro presidencial da administração Truman, em 1947. Teoricamente, uma guerra fria é um confronto geopolítico entre duas potências soberanas ou grupos de potências, com o uso de todos os recursos disponíveis e o mínimo de combate armado.⁶

Ao final da Segunda Guerra Mundial, durante a Conferência de Potsdam (julho de 1945), a organização do território da Alemanha derrotada foi decidida entre quatro potências vencedoras (EUA, Grã-Bretanha, França e URSS) – cada uma controlaria uma das quatro áreas geopolíticas delineadas. Tal controle era essencial para a reconstrução do continente e, assim, evitar conflitos futuros.

No entanto, o instável e intenso clima na Europa Ocidental do pós-guerra davam sinais de uma crise eminente: milhões de pessoas estavam desempregadas e na miséria. As crescentes dificuldades econômicas desviaram as atenções do governo estadunidense para o fato de que providências deveriam ser tomadas para promover a reconstrução econômica e social daquele continente para a segurança nacional dos próprios Estados Unidos da América.

O fim da causa comum, ou seja, a aliança contra a Alemanha de Hitler, mais uma vez expôs a hostilidade entre os países capitalistas e a União Soviética. A posição favorável na qual a União Soviética terminou a Segunda Guerra Mundial, com o controle da parte oriental da Alemanha, rapidamente a transformou na principal ameaça à paz mundial, aos olhos das potências ocidentais.

Mas apesar da União Soviética ter saído vitoriosa da Segunda Guerra Mundial, sua economia fora devastada durante os conflitos. Aproximadamente um quarto dos recursos capitais do país fora destruído; as produções industrial e agrícola em 1945 caíram abaixo dos níveis anteriores à guerra. Para ajudar na reconstrução do país, o governo soviético conseguiu créditos limitados da Grã-Bretanha e da Suécia, mas recusou a assistência proposta pelos Estados Unidos. Restava à União Soviética forçar os países do Leste

⁵ O termo “guerra fria” foi criado por Herbert Bayard Swope, quem ocasionalmente escreveu discursos para Baruch, e foi usado pela primeira vez durante a Assembléia Legislativa de South Carolina no dia 16 de abril de 1947. (*Journal of the House of Representatives of the First Session of the 87th General Assembly of the State of South Carolina*, p. 1085. Disponível em www.bartleby.com/73/233.html. Acesso em 10/03/2004.) Salvo indicação em contrário, as traduções ao longo da monografia são de minha autoria.

⁶ Heyward CANNEY, “Consise Summary of the Cold War”. Disponível em www.coldwar.org. Acesso em 27/02/2004.

Europeu sob sua ocupação a fornecer maquinaria e matéria-prima a serem usadas na sua reconstrução.⁷

No dia 5 de junho de 1947, o Secretário de Estado dos EUA, George C. Marshall, fez um discurso sobre a situação européia, iniciando o processo da formação de um pacote de medidas político-econômicas que envolvia, entre outras, ações para a redução da influência soviética na Europa Oriental, utilizando matérias-primas daquela área para a reconstrução da Europa Ocidental.⁸ Esse pacote ficou conhecido como o Plano Marshall, que foi iniciado no ano seguinte e seguia as idéias da Doutrina Truman – o comunismo deve ser contido por todos os lados do mundo.⁹ O “inimigo” passa então a ser a União Soviética e a Guerra Fria tem seu início.

A partir daí, as rivalidades entre Estados Unidos e União Soviética dividem o mundo em um sistema bipolar de poder, onde “toda iniciativa de um lado, visando aumentar sua segurança, é vista como uma ameaça pela potência rival; a insegurança transforma-se no fator decisivo das relações internacionais, fazendo com que surja um movimento contínuo de ambos os lados para o reforço de seu próprio poder. Exemplo disso foi a corrida armamentista [acumulação de armas convencionais e nucleares] das superpotências da Guerra Fria.”¹⁰

Nos anos seguintes definiram-se os blocos soviético e ocidental. Em 1948 os soviéticos instalaram governos comunistas nos países do Leste Europeu que foram libertados pelo Exército Vermelho. Durante o período entre 1948 e 1953, os soviéticos tentaram bloquear os setores controlados pelo oeste de Berlim Ocidental, sem sucesso. Em 1949, os Estados Unidos e seus aliados europeus formaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um comando militar unificado para resistir à presença soviética na Europa, continuando os planos de Marshall. Com a demonstração da primeira arma

⁷ U.S. Library of Congress / Federal Research Division. Disponível em <http://memory.loc.gov/>. Acesso em 25/02/2004.

⁸ Demétrio MAGNOLI, *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas. Unidade 1 – O Sistema Internacional de Estados: História e Conceitos. 5. O sistema bipolar e universal da Guerra Fria.* Disponível em <http://www.funag.gov.br/action.lasso?-database=Products.fp3&-layout=geral&-response=detailsumarios.lasso&-recID=5&-token.id=12630470&-search>. Acesso em 19/12/2003.

⁹ José COMBLIN, *Os rumos do século XXI.* Disponível em <http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/Comblin.htm>. Acesso em 21/04/2004.

¹⁰ Demétrio MAGNOLI, *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas. Unidade 1 – O Sistema Internacional de Estados: História e Conceitos. 5. O sistema bipolar e universal da Guerra Fria.* Disponível em <http://www.funag.gov.br/action.lasso?-database=Products.fp3&-layout=geral&-response=detailsumarios.lasso&-recID=5&-token.id=12630470&-search>. Acesso em 19/12/2003.

atômica soviética naquele mesmo ano, o monopólio estadunidense sobre a tecnologia da bomba atômica terminava. Em 1953, foi formada uma organização militar unificada entre os países do bloco soviético, conhecida como o Pacto de Varsóvia.

Com o início do desenvolvimento de mísseis intercontinentais por ambos os lados, em 1962, no episódio que ficou conhecido como a Crise Cubana dos Mísseis, Nikita Krushchev, à frente do governo da União Soviética, iniciou a instalação de mísseis nucleares de médio alcance em Cuba que, sob o comando de Castro, tinha se aliado ao bloco soviético. A intenção era criar um meio de defesa contra a emergente liderança dos Estados Unidos no desenvolvimento e uso de mísseis estratégicos, além de proteger Cuba de uma invasão estadunidense, como quase acontecera no episódio da Baía dos Porcos, em 1961. Durante a crise, houve várias comunicações entre John F. Kennedy, o então presidente dos EUA, e Krushchev. Os soviéticos declaravam sua intenção pacífica, que era impedir um novo ataque a Cuba e forçar os Estados Unidos a retirar suas bases de mísseis da Turquia, que fica a poucas centenas de quilômetros de Moscou. As conversas foram intensas, principalmente entre 23 e 28 de outubro daquele ano. Mas a decisão de Kennedy impediu que os mísseis soviéticos se tornassem uma ameaça ao seu país (Cuba fica a apenas 145 quilômetros da Flórida), aceitando um acordo para não invadir a Cuba em troca da retirada dos mísseis de Krushchev. O episódio quase levou as duas superpotências a entrarem em um conflito nuclear. Enfim, a manobra soviética serviu apenas para evidenciar a superioridade do poder bélico estadunidense, sendo que os Estados Unidos possuíam armamento similar, em número superior, nos arredores da ex-URSS.

Na verdade, eram os soviéticos quem estavam sob maior ameaça. A União Soviética recuou, colocando os militares nacionais contra Krushchev, o que deu aos seus inimigos no *politburo* o poder de retirá-lo do poder um ano mais tarde. O significado político da crise foi considerável. Dentre outras coisas, demonstrou até que ponto um Presidente estadunidense pode ignorar as demais alas eleitas do governo e envolver as forças militares dos EUA em grandes situações de conflito. Apesar de legislações como o 1973 War Powers Act¹¹, o Congresso estadunidense não foi consultado com antecedência

¹¹ O War Powers Resolution, assinado em 7 de novembro de 1973, tinha como propósito assegurar que “o julgamento coletivo do Congresso e do Presidente deverá ser aplicado à introdução das Forças Armadas dos Estados Unidos em hostilidades, ou em situações onde o envolvimento iminente em hostilidades seja claramente indicado pelas circunstâncias, e ao uso contínuo de tais forças em hostilidades ou em tais

para a aprovação de ações militares contra um inimigo por todo o período entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Golfo contra o Iraque em 1991.¹²

2. A democracia segundo Washington

Desde o início da Guerra Fria, o sentido do termo “democracia” ganhou operacionalidade com a política externa de Washington: apenas seriam considerados “democráticos” os governos cuja elite (empresariado, oligarquia, forças armadas) “respeitasse os interesses dos investidores norte-americanos”. A exigência era de que houvesse uma ordem econômica favorável a seus interesses, não importando realmente a forma de governo adotada. Deveria ser instaurada em todo o continente americano uma “democracia protegida” contra as “ameaças do comunismo”.¹³ Caso um governo não esteja agindo conforme o processo democrático (estadunidense), uma intervenção seria artificialmente legitimada para o restabelecimento dessa democracia¹⁴, como foi no Chile de Allende. Allende era visto pela Casa Branca como sendo contrário ao processo democrático, pois planejava tornar o Chile um Estado verdadeiramente socialista¹⁵, lutando para “se liberar das sujeições do mercado mundial dominado pelos grandes países capitalistas.”¹⁶

A democracia liberal capitalista nunca teve a intenção de ser o “governo do povo para o povo”. Para o governo estadunidense, a opinião pública representa uma ameaça à ordem e à governabilidade, pois a massa é “ignorante” e “supersticiosa”. “(...) os interesses comuns, em sua grande maioria, escapam por completo à opinião pública e só podem ser geridos por uma classe especializada, cujos interesses pessoais vão além da situação local.” Como observa Chomsky, Henry Kissinger, assessor presidencial de Richard Nixon, definira que “o ‘especialista’ é o servo leal e útil dos que detêm as rédeas do poder.”¹⁷

situações.” (Disponível em <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/laws/majorlaw/warpower.htm>, acesso em 21/04/2004.)

¹² David ROBERTSON, *A Dictionary of Modern Politics*, pp. 126-127.

¹³ Alain ROUQUIÉ, *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*, pp. 96-97.

¹⁴ Noam CHOMSKY, *Contendo a democracia*, p. 146; 308.

¹⁵ Segundo Schumpeter, desde aproximadamente 1916 a relação entre socialismo e democracia parece evidente; os próprios socialistas se consideravam os únicos democratas verdadeiros e seus ideais não deveriam ser confundidos com os ideais da democracia burguesa, ou seja, com a democracia capitalista do domínio privado dos meios de produção (Joseph A. SCHUMPETER, *Capitalismo, Socialismo y Democracia*, p. 303.).

¹⁶ Alain TOURAINE, *O pós socialismo*, p. 34.

¹⁷ Noam CHOMSKY, *Contendo a democracia*, p. 317.

A insistência estadunidense pela manutenção da democracia no mundo tem um significado diferente dos ideais democráticos buscados pelas massas, que são refletidos nas palavras do pensador político italiano Norberto Bobbio: a democracia é “um método de se chegar não violentamente a decisões coletivas assegurando ao máximo possível a participação das partes interessadas. ‘No mínimo’, diz Bobbio, ‘os procedimentos democráticos incluem sufrágio adulto universal e igualitário; regra majoritária e garantias dos direitos das minorias, os quais asseguram que as decisões coletivas sejam aprovadas por um número substancial de pessoas que têm de subsistir com elas; a regra da lei; e garantias constitucionais de liberdade de reunião e expressão e outras liberdades, que ajudam a garantir que aqueles que devem decidir, ou eleger os que decidem, possam escolher dentre alternativas reais.’”¹⁸

Ao contrário, a democracia apenas interessa aos Estados Unidos na medida em que seja possibilitado o capitalismo de mercado. Num país democrático liberal, a intervenção e regulamentação estatal são essenciais para as instituições que prezam por mercados competitivos, propriedades de entidades econômicas, contratos legais e proteção dos direitos de propriedade. O governo deve intervir porque uma economia de mercado totalmente auto-regulamentada causaria danos a algumas pessoas que exigiriam essa intervenção. Na interpretação de Dahl, como os atores econômicos são motivados por interesses egoístas, lucrariam menos se agissem pelo bem-estar dos outros.¹⁹

3. A teoria da intervenção para a defesa da democracia

A teoria da intervenção para a defesa da democracia consiste no direito que um Estado considera ter de intervir, direta ou indiretamente, e de se sobrepôr à soberania de um outro Estado caso haja indícios de que as ações do governo deste segundo estejam ameaçando a continuidade dos processos democráticos e não se mostram dispostos ou capazes de assegurar a existência da democracia.²⁰ Tais indícios podem ou não ser reais, de acordo com os interesses e/ou ponto de vista do Estado interventor. No contexto da Guerra Fria, principalmente após a Crise dos Mísseis, o governo dos Estados Unidos não poderia assistir de braços cruzados à ascensão democrática de um presidente socialista ao governo

¹⁸ Robert BENEWICK, Philip GREEN, *The Routledge Dictionary of Political Thinkers*, pp. 27-28.

¹⁹ Robert A. DAHL, *Sobre a democracia*, pp. 192-193.

²⁰ Celso D. de Albuquerque MELLO, *Curso de Direito Internacional Público, I Volume*, pp. 469-498.

de um país latino-americano, como no caso das eleições de 1970 no Chile, quando Salvador Allende subiu ao La Moneda.

Allende não representava necessariamente uma ameaça comunista aos Estados Unidos. O regime socialista que tentava instalar no Chile apenas visava à elevação dos baixos padrões de vida da população. A destruição da mesma democracia que o levou ao poder era algo inconcebível para o novo presidente. Mas, como veremos mais à frente, um regime que ouvisse às reivindicações populares seria um mau exemplo em uma América Latina que devia apenas servir de fornecedora de matéria-prima para suprir às necessidades de Washington e abrir seu mercado aos produtos manufaturados das empresas estadunidenses.²¹ Assim, a intervenção se tornava inevitável, baseada nas relações que o novo governo chileno tinha com o bloco comunista.²²

4. A teoria marxista do Estado

As propostas políticas de Salvador Allende eram vistas como socialistas. O socialismo não procura intervir nas relações de trabalho, mas na propriedade das empresas. Sua luta é contra a direção capitalista das empresas.²³ Essa era a proposta de Allende. Outro de seus objetivos era unir as facções da esquerda de seu país e fortalecer laços com nações comunistas, mas isso não diferia de sua política para com as demais nações do mundo.

“Comunista”, “socialista” ou “marxista”, não importava o que realmente fosse Allende. Essas três palavras tinham um mesmo significado para Washington, ou seja, todos aqueles que fossem contrários aos planos da Casa Branca para o mundo. O termo “comunista” tinha um sentido técnico e se referia a líderes trabalhistas, organizadores camponeses, padres que organizam grupos de auto-ajuda e outros com prioridades

²¹ Patricia VERDUGO, *Chile, 1973 – Como os EUA derrubaram Allende*, p. 19.

²² Allende expandiu as relações do Chile com Estados socialistas e comunistas, mas cuidou para que os interesses de seu país não fossem negativamente afetados por qualquer uma daquelas nações, adotando uma política de não-alinhamento. Dessa forma, as relações do Chile com Cuba foram mais de natureza econômica do que ideológica, apesar do longo relacionamento pessoal de Allende com Castro. Quanto às relações com a União Soviética, Allende seguia a mesma postura independente, o que significava que uma presença permanente dos militares soviéticos no Chile não seria bem-vinda. Allende estava mais preocupado em manter as relações econômicas entre os dois países do que “importar” o sistema político soviético. (Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.)

²³ Alain TOURAINÉ, *O pós socialismo*, p. 32.

“equivocadas”.²⁴ O regime nacionalista almejado por “El Chicho Allende”, forma carinhosa pela qual era chamado o Chefe do La Moneda²⁵, trazia uma dessas prioridades equivocadas por atender às pressões populares pela melhoria do baixo padrão de vida das massas.

Bobbio nos lembra de que Marx tinha uma concepção negativa do Estado, ou seja, o Estado existia para “remediar a natureza má do homem, vendo-o sobretudo como uma dura necessidade, considerando-o particularmente no seu aspecto repressivo”.²⁶ Sendo um marxista declarado, é possível dizer que Allende também via o Estado um como aparelho usado pela classe dominante para a manutenção de seu poder, onde as relações sociais eram determinadas pela base econômica.

Não é nesse sentido, porém, que Allende se declarava um marxista. Seu socialismo visava sim aumentar o poder de compra das classes operárias, o que foi conhecido como a “revolução do consumidor”, e o controle dos meios de produção pelo Estado. Para isso, foram tomadas medidas como a nacionalização de diversas empresas estrangeiras, como as mineradoras estadunidenses Kennecott e Anaconda.²⁷ À primeira vista, as ações do governo de Allende poderiam parecer seguir os ensinamentos de Marx, que considerava o Estado como sendo uma fase intermediária entre a etapa pré-estatal e a fase pós-estatal, prevendo a ausência de um aparelho administrativo, com a substituição das leis pelos costumes.²⁸ Seria, como ficou conhecida essa fase, a ditadura do proletariado. Mas o objetivo de suas políticas sociais era, como já vimos, apenas acabar com a opressão da classe dominante sobre a massa, oferecendo-lhe melhores condições de vida.

5. A teoria da soberania

A Organização dos Estados Americanos – OEA, cuja peça central são os Estados Unidos da América, sempre foi um importante instrumento à defesa da democracia representativa. A Carta da OEA defende o princípio da não-intervenção como sendo a base dos direitos fundamentais dos Estados (direito à soberania e direito à igualdade jurídica).

²⁴ Noam CHOMSKY, *Contendo a democracia*, p. 70.

²⁵ Patricia VERDUGO, *Chile, 1973 – Como os EUA derrubaram Allende*, p. 31.

²⁶ Norberto BOBBIO, *A teoria das formas de governo*, p. 78.

²⁷ CHILEAN INTELLIGENCE AGENCY, *Salvador Allende's Leftist Regime, 1970-1973*. Disponível em www.fas.org. Acesso em 23/09/2003.

²⁸ Norberto BOBBIO, *A teoria das formas de governo*, pp. 169-170.

“Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.”²⁹

Apesar da clara indicação, governos de países como o Brasil, EUA e Grã-Bretanha não consideram a intervenção como sendo um crime internacional.³⁰ Mais que isso, a X Conferência Interamericana da OEA (Caracas, 1954) afirma que “toda atividade comunista no continente americano será considerada uma intervenção nos assuntos internos do continente”³¹ por ser o comunismo contra a democracia representativa. Isso “veio a dar legitimidade ao plano de ação da CIA para a derrubada de J. Arbenz na Guatemala, ainda em 1954.”³² Esse enunciado também serviu de apoio, pelo menos no âmbito moral, à intervenção dos Estados Unidos no Chile, entre 1963 e 1973, década em que Salvador Allende representava uma ameaça marxista no continente. Tentarei demonstrar melhor esta questão ao longo deste trabalho.

Para entendermos em que consiste o direito à soberania, principal direito a ser desrespeitado em um caso de intervenção, discutirei brevemente as teorias de dois pensadores dos séculos XVI e XVII, os quais servem de base para a visão de soberania.

Jean Bodin (1530-1596), que entrou para a história do pensamento político como o teórico da soberania, escreveu: “Quem é soberano não deve estar sujeito, de modo algum, ao comando de outrem; deve poder promulgar leis para seus súditos, cancelando ou anulando as palavras inúteis dessas leis, substituindo-as – o que não pode fazer quem está sujeito às leis ou a pessoas que lhe imponham seu poder”.³³ À época de Bodin, o poder soberano era considerado absoluto; não no sentido de ser ilimitado, pois o soberano devia obedecer às leis naturais e divinas, que não dependem da vontade do homem, e às leis fundamentais do Estado, as quais chamaríamos hoje de leis constitucionais.

²⁹ *Carta da Organização dos Estados Americanos*, artigo 18. *Apud.* Celso D. de Albuquerque MELLO, *Curso de Direito Internacional Público, I Volume*, Capítulo XXI, p. 471.

³⁰ Celso D. de Albuquerque MELLO, *Curso de Direito Internacional Público, I Volume*, Capítulo XXI, p. 471.

³¹ *Ibid.*, p. 477.

³² *Ibid.*, pp. 477-478.

³³ Norberto BOBBIO, *A teoria das formas de governo*, p. 95.

O Estado era, então, superior ao governante (a *potência soberana*): o Estado “é a *sede* da soberana potência, o ponto focal da ordem pública. Essa ordem é definida pelas Leis: essas determinam, segundo a necessidade, as normas da existência social em seu aspecto público; o Estado é senhor de ‘dá-las e de revogá-las’. Do mesmo modo, pertence às suas prerrogativas absolutas declarar a paz e a guerra, dirigir a administração, julgar em última instância e conceder a graça, cunhar moeda e arrecadar impostos”.³⁴

Para Thomas Hobbes (1588-1679), outro grande filósofo político da Idade Moderna, o “soberano é juiz da conduta do seu súdito, mas a conduta do soberano é julgada por ele próprio”.³⁵ Hobbes, assim como Bodin, via o poder soberano como absoluto, mas não sustenta a idéia de que o soberano deve estar sujeito às leis divinas, além de ser auto-limitado pelas leis naturais. As leis positivas são aplicadas aos súditos com a força de um poder comum e são externamente obrigatórias. Mas o soberano só é obrigado às leis de Deus no nível da consciência – “se o soberano não observar às leis naturais, ninguém poderá constrangê-lo à sua obediência; ninguém poderá puni-lo (pelo menos neste mundo)”.³⁶

Hobbes continua observando que a sociedade política do Estado só é possível quando os cidadãos voluntariamente abrem mão de sua potência individual e a transferem para a autoridade pública. Mas, apesar de ser a soberania do Estado ilimitada, resta-lhe uma única obrigação: a de assegurar o bem-estar da sociedade civil.

Quem deverá estar à frente do governo? A resposta de Hobbes está em seu *Leviatã*: a “pessoa moral” reconhecida pelos membros da coletividade como o soberano absoluto, o deus mortal que deverá exercer seu poder por meio das leis que ele impõe como princípios necessários à organização da República.³⁷

Segundo a filosofia desses dois pensadores, não seria concebível a subordinação de um Estado soberano a outro, sendo que ambos estariam no mesmo patamar de poder – não há, teoricamente, um poder hegemônico regendo as leis internacionais e a elas subordinando todos os Estados. Como diz Touscoz, um estudioso de nossa época, a

³⁴ François CHÂTELET, Olivier DUHAMEL, Evelyne PISIER-KOUCHNER, *História das idéias políticas*, p. 47.

³⁵ Norberto BOBBIO, *A teoria das formas de governo*, p. 108.

³⁶ *Ibid.*, p. 108.

³⁷ François CHÂTELET, Olivier DUHAMEL, Evelyne PISIER-KOUCHNER, *História das idéias políticas*, p. 52.

soberania “é a expressão jurídica da sua independência [independência dos Estados] e, correlativamente, fundamenta o direito à não-ingerência de terceiros nos seus assuntos internos”.³⁸

Viotti e Kauppi explicam a soberania dos Estados a partir da definição da palavra “anarquia”, que é geralmente relacionada a imagens de violência, destruição e caos. Para os realistas, entretanto, anarquia simplesmente se refere à ausência de uma autoridade acima dos Estados. Os Estados são soberanos e, por isso, reclamam seu direito de ser independentes ou autônomos em relação a outros Estados e de exercer a autoridade completa sobre seus próprios territórios. O termo “anarquia” é, então, usado para designar a ausência de hierarquia e autoridade, ou seja, uma situação onde prevalece a lei do mais forte, num estado de natureza. Há, de fato, uma hierarquia de poder na política internacional, mas não há uma hierarquia de autoridade. Alguns Estados são claramente mais poderosos que outros, mas não existe uma autoridade reconhecida acima de qualquer Estado.³⁹

Os realistas defendem que essa ausência de autoridade central ajuda a explicar por quê os Estados dependem da hierarquia de poder, procurando manter ou aumentar seus poderes em relação a outros Estados. Uma das condições para a existência de um ambiente anárquico é a falta de confiança entre os Estados. Cada um defende uma posição de auto-preservação, na qual é arriscado deixar sua própria segurança nas mãos de outro. Assim, os Estados caem no chamado “dilema da segurança”: quanto mais se armam para se protegerem dos outros, mais ameaçados se tornam e mais recorrem ao armamento para proteger seus próprios interesses de segurança nacional. Não há como dizer, com certeza, se um Estado está aumentando seu poder de fogo apenas com propósitos de defesa. Essa questão foi amplamente debatida, por exemplo, durante a corrida armamentista entre os EUA e a ex-URRS durante a Guerra Fria, discutida anteriormente.⁴⁰

Mas a teoria da soberania parece se transpor à prática. Como vimos, as afirmações da Carta da OEA, um documento assinado entre Estados (teoricamente) soberanos, podem ser interpretadas de forma a legitimar uma intervenção de um Estado sobre o outro, mesmo

³⁸ Jean TOUSCOZ, *Direito Internacional*, p. 66.

³⁹ Paul R. VIOTTI, Mark V. KAUPPI, *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*, p. 68.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 69.

ferindo seu direito à soberania, como no caso da Guatemala de Arbenz, ou no Chile de Allende.

Capítulo II – Chile, de 1932 a 1973: 41 anos de história política

Uma vez trabalhado o cenário externo, este capítulo tem o propósito de contextualizar o governo de Salvador Allende na história política do Chile. Será feita uma introdução aos acontecimentos políticos do país, desde os anos 1930 até as eleições de 1970, demonstrando a grande tradição democrática chilena – todos os presidentes do país foram eleitos democraticamente entre 1830 e 1970, exceto em 1891 e o período entre 1924 e 1931.⁴¹ Depois, será discutida a trajetória de Salvador Allende rumo à presidência do Chile, a partir de 1952, quando se candidatou pela primeira vez, até 1970, ano em que foi eleito. Durante todo esse tempo, Allende chamou a atenção da Casa Branca por sua forte inclinação socialista e revolucionária.⁴² Serão analisados também os três anos em que Allende presidiu o governo de seu país, as políticas sociais e econômicas que tentou implantar e as possíveis causas de seus fracassos.

1. A democracia no Chile

De 1932 a 1973, o Chile foi o país latino-americano de democracia eleitoral com os maiores índices de participação popular. Seu sistema de múltiplos partidos lembrava mais os modelos da Europa Ocidental que os latino-americanos. O congresso chileno foi constituído antes da maioria dos países da Europa Ocidental (Inglaterra e Noruega foram os primeiros). Em meados do século XIX, a população do Chile tinha uma participação eleitoral comparável à do Reino dos Países Baixos. O voto secreto foi implantado em 1874, antes de países como a Bélgica e a França.⁴³

Durante os anos da depressão, no início dos anos 1930, novas forças políticas surgiram contra a esquerda. Os conservadores e liberais se juntaram formando uma poderosa direita. Com o aparecimento do Partido Comunista do Chile (PCC) à esquerda, os radicais foram “empurrados” ao centro. Um pequeno grupo de católicos, conhecidos

⁴¹ Emir SADER, *Chile, 30 anos atrás*, p. A3.

⁴² Salvador Allende Gossens era visto pelo governo estadunidense como um revolucionário, no sentido de lutar a favor da melhoria das condições de vida das massas em seu país, seguindo os passos de seu pai e de seu avô. Seu avô, Allende Padín, foi Sereníssimo Gran Mestre da Ordem maçônica no século XIX, época em que a maçonaria tinha como princípios fundamentais a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Salvador Allende defendia que não poderia existir igualdade no regime capitalista de exploração de classes. (Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, pp. 9-10.)

⁴³ Emir SADER, *Chile, 30 anos atrás*, p. A3.

como a Falange, separou-se do Partido Conservador em 1938 e formou um novo partido, a Falange Nacional⁴⁴, que propunha uma visão centrista, não-marxista, de grandes reformas. Essa visão ganharia forças na década de 1950, sob o nome de Democracia Cristã.⁴⁵

A presidência de Pedro Aguirre Cerda marcou o início dos 14 anos que o Partido Radical ficou no poder. Como todos os outros presidentes chilenos dos anos 1930 e 1940, seguindo a tendência mundial após a Crise de 1929, defendia um modelo de capitalismo de Estado, no qual o governo deveria trabalhar em colaboração com as empresas privadas para estabelecer uma economia mista. Principal representante da classe média do Chile, o Partido Radical tinha estabelecido uma união com o Partido Socialista durante o governo de Aguirre Cerda, denominada Frente Popular.⁴⁶ A Frente Popular promovia a industrialização substitutiva de importações e medidas a favor do bem-estar social para as classes média urbana e operária.

Com sua morte em novembro de 1941, houve a necessidade de novas eleições. Os radicais nomearam Juan Carlos Ríos Morales, que também era a favor do apoio dos socialistas, comunistas e alguns liberais, estes últimos liderados pelo ex-presidente Arturo Alessandri. Mas o Partido Socialista retirara-se da Frente Popular, por causa de suas diferenças ideológicas com o PCC.

⁴⁴ A Falange Nacional foi formada quando Eduardo Frei, Radomiro Tomic e outros profissionais e estudantes católicos participaram da luta popular contra a ditadura de Carlos Ibáñez, em 1931. Logo depois, eles foram recrutados pelo Partido Conservador e, em 1935, estabeleceram o Movimiento Nacional de la Juventud Conservadora, também chamado de Falange Nacional Conservadora, que defendia a democracia e queriam reformas sociais para acabar com a miséria no Chile. Suas idéias começam a diferir dos objetivos do Partido Conservador, que passou a apoiar Gustavo Ross, cuja principal preocupação era a proteção do *status quo*, na corrida eleitoral de 1938. Os falangistas proclamaram seu apoio ao maior oponente de Ross, Pedro Aguirre Cerda, líder do Partido Radical e candidato da Frente Popular, que era formada pelos partidos Radical, Socialista, Comunista e outros partidos menores, além da Confederación de Trabajadores de Chile. Com os conflitos entre falangistas e conservadores, a Falange Nacional torna-se independente, tirando o “Conservadora” do nome do partido. (Robert J. ALEXANDER, *Latin American Political Parties*, pp. 318-319.)

⁴⁵ Em meados de 1950, a Falange Nacional começou a ter maior influência na política nacional, principalmente por sua oposição ao governo do General Carlos Ibáñez. No ano de 1957, a Falange se juntou a dois outros grupos para formar o Partido Demócrata Cristiano. Não havia grandes diferenças entre a Falange Nacional, o Partido Conservador Social Cristiano e o Partido Demócrata Cristiano. Em 1958, os três partidos decidiram nomear seu próprio candidato à presidência, o Senador Eduardo Frei, que ficou em terceiro lugar, atrás de Salvador Allende, pela Frente de Acción Popular, e do vencedor Jorge Alessandri, filho do ex-presidente Arturo Alessandri, com o apoio dos partidos Liberal e Conservador. (*Ibid.*, pp. 322-323.)

⁴⁶ Do ponto de vista filosófico, o Partido Radical era um grupo heterogêneo, que incluía uma facção da direita que seguia uma política de socialismo democrático; outros integrantes, particularmente senhores de terras da região sul do Valle Central, pouco se distinguiram dos liberais e conservadores, exceto, talvez, por sua oposição à influência da Igreja Católica. (*Ibid.*, p. 98.)

A maior conquista da Frente Popular foi a criação da Corporación de Fomento de la Producción (Corfo), uma agência estatal para o fornecimento de crédito a novas empresas. A Corfo contribuiu para a industrialização do país, principalmente para a produção de bens de consumo. A população economicamente ativa que trabalhava na indústria cresceu de 15% em 1930 para 20% em 1952. Desde o final dos anos 1930 ao início dos anos 1950, a Corfo financiou quase um quarto do total dos investimentos domésticos.⁴⁷

Um radical mais conservador que Aguirre Cerda, Juan Carlos Ríos venceu a eleição presidencial de 1942, com 56% dos votos. Apesar da Frente Popular ter desaparecido, os socialistas e comunistas apoiaram Ríos para evitar o retorno de Ibáñez⁴⁸, o candidato dos conservadores e liberais. O novo presidente continuou com a lenta política pelas reformas sociais e enfatizou o crescimento industrial sob o slogan “Governar é Produzir”.

Com a morte de Ríos no início de 1946, devido ao estado crítico de sua saúde, outro radical, Alfredo Duhalde Vasquez, tomou posse como presidente interino (junho a agosto de 1946). Reagindo ao conservadorismo de Ríos e às políticas anti-operárias de Duhalde, facções progressistas do Partido Radical se juntaram aos comunistas para lançar um radical de esquerda, Gabriel González Videla, como candidato às eleições de 1946. González Videla também recebeu o apoio da maioria dos comunistas e foi eleito novo presidente em novembro daquele ano.

Seu primeiro gabinete, que durou aproximadamente cinco meses, era composto de membros dos partidos Radical, Liberal e Comunista. Durante esse período, os comunistas pareciam dominar o regime, encorajando sua facção da Confederação de Operários do Chile a pressionar o governo por maiores concessões e conseguiram usar a influência governamental para tirar o controle de seus rivais socialistas sobre importantes sindicatos.

Videla pouco se pronunciava publicamente sobre suas dúvidas quanto às ações de seus colegas comunistas, mas sabia sobre os acontecimentos simultâneos em vários países da Europa Oriental, onde os comunistas estavam usando da força e de ameaças para intimidar integrantes do Partido Socialista que faziam parte dos governos. Isso fazia com

⁴⁷ U.S. Library of Congress. Disponível em <http://countrystudies.us/chile/>. Acesso em 21/04/2004.

⁴⁸ O Coronel Ibáñez já tinha ocupado o Palácio La Moneda entre 1926 e 1932. A depressão econômica mundial causada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 forçou o governo de Ibáñez a adotar políticas protecionistas que, juntamente com ações opressivas contra a população, dá início a vários protestos populares. Ibáñez se demite em 1932 e o reformista Arturo Alessandri, o presidente anterior, é reeleito. (Disponível em http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/lo/countries/cl/cl_overview.html. Acesso em 14/04/2004.)

que o presidente chileno temesse que os comunistas pudessem estar usando as mesmas táticas contra ele dentro de seu próprio partido.

A oportunidade de retirar os comunistas de seu governo veio com as eleições municipais de abril de 1947, que resultaram em grandes perdas dos partidos Liberal e Radical e em ganhos do Partido Comunista. Com isso, os liberais e os ministros radicais se retiraram do governo e Videla pediu a demissão dos membros comunistas de seu governo.

Nas semanas seguintes, o presidente radical se convenceu de que os comunistas estavam planejando derrubá-lo do poder. Eles iniciaram uma série de greves nas minas e incitavam a violência contra seu governo. González Videla logo mostrou sua oposição aos seus antigos colaboradores comunistas, banindo-os completamente sob a Lei para a Defesa Permanente da Democracia de 1948.⁴⁹ O PCC permaneceu ilegal pelos dez anos seguintes.

Seu governo foi caracterizado por uma grande alta dos índices de inflação e por vários rumores de corrupção. Ao final de seu mandato, o Partido Radical estava desacreditado pelo eleitorado chileno, levando à interrupção dos 14 anos em que ocupou o La Moneda.⁵⁰

Nas eleições de 1952, Carlos Ibáñez voltou à presidência como um reformista, apoiado pela coalizão da centro-esquerda. No início de seu novo mandato, Ibáñez tentou manter suas políticas nacionalistas. Por exemplo, para recompensar os trabalhadores rurais que nele votaram, o novo presidente instituiu um salário mínimo para o trabalho no campo.

Após dois anos de políticas fiscais que favoreciam os reformistas e alguns esquerdistas, Ibáñez mudou de posição ao adotar um programa conservador para controlar a inflação e para melhorar suas relações com as empresas estadunidenses de mineração de cobre instaladas no Chile. Com a falha dos esforços para levar a industrialização baseada na substituição das importações além do estágio de substituir bens de consumo, a economia entrou em estagflação. As taxas de industrialização, investimento e crescimento abaixaram. Os preços subiram em média 38% durante os anos 1950.

⁴⁹ Em 1948, González colocou em prática a Lei de Defesa Permanente da Democracia, que declarava a ilegalidade do Partido Comunista e proibiu a expressão de idéias que defendesse “a implantação na república de um regime de oposição à democracia ou que atacasse a soberania do país.” A lei durou uma década, atrasando o desenvolvimento democrático no Chile, violando direitos constitucionais, incluindo o direito ao voto e a liberdade de expressão. Em 1958, o presidente Carlos Ibáñez retirou a lei por motivos eleitorais. (Disponível na página eletrônica do Human Rights Watch <http://www.hrw.org/reports98/chile/Chilerpt-03.htm>. Acesso em 18/04/2004.)

⁵⁰ Robert J. ALEXANDER, *Latin American Political Parties*, pp. 98-100.

Numa tentativa de conter as altas taxas de inflação, em 1955 Ibáñez fez concessões às empresas de cobre estadunidenses, principalmente à Anaconda e à Kennecott, para levantar mais investimentos. Essa medida reduziu os impostos pagos pelas empresas e aumentaram seus lucros, mas não conseguiu atrair muito capital, o que deu início a campanhas de nacionalização das minas.

De volta à legalidade em 1958, o PCC formou uma aliança com os socialistas, que se chamou Frente de Ação Popular – FRAP. O PCC e o Partido Socialista se tornaram mais radicais em seus compromissos ideológicos e em sua dedicação ao proletariado. Dos dois partidos, o Socialista teve uma postura mais revolucionária, principalmente após a Revolução Cubana de 1959.⁵¹

Com a proximidade das eleições de 1958, o eleitorado dividiu-se em três áreas bem definidas, de acordo com sua classe e ideologia predominante. A direita representava principalmente os conservadores e os liberais, a classe alta e os defensores do capitalismo. No centro, os democratas cristãos e os radicais representavam a classe média e os defensores de reformas sociais moderadas para evitar o socialismo. À esquerda, os socialistas e os comunistas lutavam a favor da classe operária, buscando uma transição pacífica ao socialismo. A direita tinha esperanças de voltar ao poder pela primeira vez desde 1938 com Jorge Alessandri Rodríguez, filho do mais recente presidente direitista chileno, Arturo Alessandri (1933-1938). A coalizão centrista nomeou Luis Bossay Leyva (radical) e Eduardo Frei Montalva (democrata cristão). A união socialista-comunista estava com Salvador Allende.

Em 1958, os votos se dividiram basicamente entre três grupos: 31% para Alessandri, 29 % para Allende e 40% para os demais candidatos, incluindo um notável

⁵¹ A Revolução Cubana de 1959 teve seu auge quando, em primeiro de janeiro daquele ano, os grupos de guerrilha liderados por Fidel Castro, um jovem advogado e revolucionário, com a ajuda de Ernesto “Che” Guevara, um médico argentino que também lutava em prol do socialismo na América Latina, derrubaram o regime ditatorial de Fulgencio Batista, colocando Rómulo Batancourt na presidência. Na verdade, fala-se de revolução em dois sentidos: “para designar o período da luta pelo poder revolucionário e o conjunto do processo, que consiste nessa luta e nas transformações que ela desencadeia posteriormente. Na primeira acepção, a revolução cubana consistiu numa guerra de guerrilhas basicamente rural contra a ditadura de Fulgencio Batista e seu pilar principal de sustentação, o Exército. (...) a luta dos revolucionários cubanos teve, inicialmente, o caráter de uma luta *democrática* e também *popular*. Mas logo que ela começou a colocar em prática suas reformas, a revolução cubana ganhou também uma característica *nacional*, porque ela passou a se chocar frontalmente com os interesses dos Estados Unidos [no auge da Guerra Fria], a principal potência internacional ligada ao antigo regime e às elites dominantes do país.” Logo após a queda de Batista, Fidel Castro permaneceu no comando do Exército Rebelde, sem porém fazer parte direta do novo governo. (Emir SADER, *Cuba, Chile Nicarágua: Socialismo na América Latina*, pp. 11-16.)

terceiro lugar com 21% para Frei. Não fosse pelos 3% dos votos conseguidos por um padre populista, 15% ganhos pelos radicais e a baixa porcentagem de mulheres que votaram em Allende (22%), os marxistas poderiam facilmente ter conseguido a presidência naquele ano, vários meses antes da Revolução Cubana.⁵² Isso alertava ainda mais a inteligência dos Estados Unidos, como veremos mais adiante.

Alessandri iniciou seu mandato com a promessa de diminuir as intervenções do governo na economia e de promover o setor privado. Com a oposição no controle do legislativo e um programa modesto, o presidente alcançou poucos objetivos consideráveis. Conseguiu, entretanto, manter uma estabilidade política e econômica. A inflação fora temporariamente controlada, principalmente com a imposição de um teto salarial. A economia cresceu e o desemprego diminuiu. Ainda assim, ao final de seu mandato, o país tinha uma dívida externa crescente.

Na arena internacional, o mundo vivia o auge da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. A América Latina representava, para os Estados Unidos, um “quintal” dentro do continente americano, que deveria fornecer-lhe matérias-primas e mercado consumidor. Era primordial que esse “quintal” fosse bem protegido dos soviéticos, principalmente com a revolução em Cuba, quando o país alia-se à União Soviética, e com a Crise dos Mísseis, em outubro de 1962.

Na corrida presidencial de 1964, percebendo que não havia possibilidades de continuar no poder, a direita ofereceu apoio ao democrata-cristão, Eduardo Frei, para impedir a vitória de Allende, que conseguia cada vez mais simpatizantes. A aliança centro-direita derrotou a esquerda (55,6% a 38,5%).

Apesar de Frei e Allende terem sido adversários, eles concordavam em várias questões nacionalistas: maior controle chileno sobre as minas de cobre de propriedade estadunidense, reforma agrária, melhor moradia para os residentes das favelas, distribuição de renda mais equilibrada, melhorias na educação e uma política externa mais independente. Ambos apontavam o capitalismo como causa do subdesenvolvimento e da pobreza que atingia grande parte da população do Chile. Para diferenciar seu programa do marxismo de Allende, Frei prometia uma “Revolução em Liberdade”.

⁵² U.S. Library of Congress. Disponível em <http://countrystudies.us/chile/>. Acesso em 21/04/2004.

Uma das maiores conquistas de Eduardo Frei Montalva foi a “chileanização”⁵³ do cobre. O governo tomou posse de 51% das minas controladas por empresas dos Estados Unidos, principalmente a Anaconda e a Kennecott (que, em 1955, tinham recebido concessões do então presidente Ibáñez) sob a alegação de que essas empresas operavam em termos demasiadamente generosos e investiam muito pouco no Chile. Com isso, a produção de cobre aumentou e o país passou a receber maiores retornos.

Outra grande conquista do governo Frei foi a lei de reforma agrária, de julho de 1967. Mais de 80 hectares de terras irrigadas e uma área similar de terras secas foram expropriadas. Os proprietários seriam recompensados em dinheiro e em títulos do governo. As terras expropriadas foram organizadas em assentamentos agrícolas, que durariam por três a cinco anos e ficariam sob a administração de comitês eleitos pelos novos ocupantes. Durante esse período, instituições governamentais treinariam os trabalhadores rurais para torná-los fazendeiros independentes e investiriam na manutenção e melhora das terras.

Além disso, o governo democrata-cristão estimulou o sindicalismo entre os trabalhadores rurais do país, com uma lei que indicava a formação de sindicatos municipais, em vez de sindicatos independentes em cada fazenda, o que permitia a trabalhadores de diferentes padrões do mesmo município se apoiarem.

Frei também pôs em prática seu programa de industrialização do Chile, concentrando em quatro setores da economia. Primeiro, investiu na Pacific Steel Co., que fora fundada pelo governo logo após a II Guerra Mundial. Depois, estabeleceu uma indústria automotiva (montadoras) no país. O terceiro setor a receber estímulos foi a indústria química pesada, baseando-se nos recursos nacionais de petróleo e carvão. Em quarto lugar, o governo assinou acordos com várias empresas estrangeiras para a construção de três fábricas de papel, juntando-se à antiga Cia Manufacturera de Papeles y Cartones.

Apesar do sucesso da “chileanização”, da reforma rural e dos programas de industrialização, o governo Frei não conseguiu grandes avanços em suas relações com os trabalhadores sindicalizados devido ao poder que a coalizão socialista-comunista tinha

⁵³ A “chileanização” foi uma alternativa à nacionalização proposta pelos socialistas e comunistas. Envolveu o estabelecimento de novas empresas chilenas para tomar duas empresas estrangeiras da indústria de extração de cobre e a eventual posse governamental de uma terceira. (Robert J. ALEXANDER, *Latin American Political Parties*, p. 328.)

sobre os sindicatos urbanos. O governo democrata-cristão pouco fez no Congresso para uma revisão do Código Trabalhista, o que fortaleceu a posição dos comunistas no movimento operário. O setor urbano da economia também foi negligenciado, devido, em parte, à má administração da inflação, que castigava o país desde os anos 1930. Além disso, em 1967 e 1968, o país viveu a maior enchente em mais de 100 anos, o que aumentou ainda mais os preços, principalmente de produtos agrários. Resultado disso tudo foi a perda do apoio da classe média e da maioria dos operários.⁵⁴

O governo democrata-cristão era visto pela direita como demasiadamente reformista e pela esquerda, como muito conservador. Enquanto alguns direitistas começavam a formar unidades paramilitares para defender suas propriedades, esquerdistas encorajavam ações ilegais contra fazendas e fábricas. Entre as massas, os democratas cristãos criavam expectativas mais altas do que suas intenções.

À medida que as eleições presidenciais de 1970 se aproximavam, Frei continuava pessoalmente popular, mas seu partido se enfraquecia. As campanhas eleitorais tomavam a mesma forma de 1958, com a direita, o centro e a esquerda lançando seus próprios candidatos. A direita queria retomar o poder e quebrar a onda de reformas com o ex-presidente Jorge Alessandri como candidato do Partido Nacional (PN), formado em 1965 por conservadores e liberais. Ao centro, os democratas cristãos prometiam acelerar as reformas com um candidato progressista, Radomiro Tomic Romero. A esquerda rumava em direção ao socialismo com o marxista Salvador Allende, que se candidatava pela quarta vez.

Sob a liderança do Partido Socialista e do PCC, a coalizão da esquerda entrava como a Unidad Popular (UP), juntando forças com quatro partidos menores, incluindo o Partido Radical e o Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU). Na extrema esquerda, o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), pequena organização liderada por estudantes radicalizados, agitava conflitos armados e ações diretas contra o sistema.

Com grande surpresa para os analistas, Allende alcançou, em 4 de setembro de 1970, 36,3% dos votos, com apenas 39 mil votos de vantagem sobre Alessandri. Como não obteve a maioria absoluta, era necessário que o Congresso Pleno elegeisse entre as duas mais altas maiorias relativas: Allende ou Alessandri. Os partidos que haviam apoiado

⁵⁴ *Ibid.*, pp. 328-334.

Allende contavam com 78 parlamentares, ou seja, 20 a menos dos que necessitava para ser eleito. Alessandri tinha 44 a seu favor. O Partido Democrata Cristão, que havia postulado Radomiro Tomic, tinha 75 parlamentares, tornando seu apoio decisivo. O PDC, apesar de considerar que a presidência de Allende poderia ser uma ameaça para o sistema democrático, concordou em apoiá-lo, desde que ele e os partidos que o acompanhavam aceitassem a consagração de um estatuto de garantias democráticas, que deveriam ser incorporadas à Constituição mediante uma reforma constitucional. Allende aceitou a proposta e o Congresso o elegeu com 153 votos, contra 35 de Alessandri (foram 7 votos em branco).⁵⁵

No contexto da Guerra Fria, a eleição democrática de um presidente marxista repercutiu pelo mundo todo. As tentativas dos Estados Unidos e dos grupos direitistas chilenos de convencer o Congresso a nomear Alessandri presidente e de coagir os militares a aplicarem um golpe de Estado falharam. O seqüestro planejado por oficiais militares de direita, que resultou na morte do chefe das forças armadas do Chile, o General René Schneider Chereau⁵⁶, em 22 de outubro de 1970, teve resultados inversos, assegurando o apoio das forças armadas a Allende.

Salvador Allende Gossens tomou posse em 3 de novembro de 1970.

2. Allende candidato

Para entendermos melhor a vida política de Allende, voltamos ao ano de 1937, quando chegou ao Parlamento como deputado pelas cidades de Valparaíso e Quillota com apenas 29 anos de idade. No ano seguinte, teve grande participação na campanha

⁵⁵ Jordi FUENTES, Lia CORTES, Fernando CASTILLO I., Arturo VALDES Ph., *Diccionario historico de Chile*, p. 35.

⁵⁶ O General René Schneider foi assassinado pouco mais de um mês após Allende ter sido eleito presidente. A posição de Schneider como comandante-em-chefe do exército chileno o tornava um grande obstáculo aos planos do presidente estadunidense Richard Nixon de impedir que Allende tomasse posse, pois seguia a doutrina de que “os fardados não interviriam em política, acatariam a Constituição e as leis da República.” Dizia ainda, “Devemos apoiar o eleito até as últimas consequências...” Nixon insistia em um golpe de Estado contra Salvador Allende e um general democrático constitucionalista no comando do exército inviabilizava qualquer ação dessa natureza. Na manhã de 22 de outubro, a CIA entregou metralhadoras e munição a alguns oficiais das Forças Armadas que concordavam com a idéia de um golpe de Estado. Simulando uma tentativa de seqüestro, esses conspiradores armaram uma emboscada ao carro de Schneider, que se recusava a ser acompanhado de guarda-costas, e o General é gravemente ferido, falecendo horas depois. (Patricia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, pp. 48-62. Informações complementares retiradas do extrato do livro de William BLUM, *Killing Hope. U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*, disponível em www.stormpages.com/marting/laintervcia.htm, acesso em 25/01/2004.)

presidencial de Pedro Aguirre Cerda, um educador radical que chegou ao La Moneda com seu governo de Frente Popular, cujo lema era “pão, teto e abrigo”. Formado em medicina pela Universidade do Chile, sempre preocupado com a saúde pública chilena,⁵⁷ o deputado Allende deixou o Parlamento para ocupar o cargo de Ministro da Saúde, aos 30 anos, em setembro de 1939. Novamente assumiu o mesmo cargo durante a vice-presidência de Jerónimo Méndez, em dezembro de 1941.⁵⁸

Nas eleições presidenciais de 1942, no início da Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética, o conservador Gabriel González Videla venceu os partidos de esquerda e Santiago cedeu às pressões de Washington, declarando a ilegalidade do comunismo no país com a “lei de defesa da democracia”. Já como senador no Parlamento, Allende lutou contra essa lei e mostrava preocupação com os presos nos campos de concentração, fato que chegou à atenção do então tenente Augusto Pinochet. “Um grupo de congressistas foi visitar os prisioneiros, entre os quais, informou-se, vinha o senador socialista Salvador Allende (...) Suscitou-se séria discussão entre o pessoal da polícia e os senhores congressistas, que esgrimiam, como argumento, o propósito de conhecer o estado dos presos (...) Como insistiram em entrar, ainda sem permissão, fiz-lhes saber que, se sucedesse tal coisa, receberiam tiros...’, escreveu Pinochet, em suas memórias intituladas *El día decisivo*.”⁵⁹

Em 1952, o Chile presenciou a primeira candidatura de Salvador Allende à presidência, resultado de uma aliança entre um setor socialista com os comunistas, que se chamou Frente do Povo. Conseguiu apenas 52 mil votos (5,27%), sendo o quarto colocado entre os quatro candidatos (foi eleito o ex-ditador e democrata Ibáñez, com 45,27% dos votos). Isso não derrotou o espírito de Allende; pelo contrário, o resultado das eleições foi visto como uma vitória, sendo que o objetivo de sua candidatura era buscar a “‘(...) expressão de outras tantas consciências limpas, que sabiam votar por um programa, por uma idéia, por algo que está apontando para o futuro’.”⁶⁰ Era apenas o começo da escalada de Allende ao La Moneda.

⁵⁷ Durante esses dois primeiros anos no Parlamento, Allende terminou seu livro intitulado *A realidade médico-social chilena* (Apud). (Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, p. 13.)

⁵⁸ Jordi FUENTES, Lia CORTES, Fernando CASTILLO I., Arturo VALDES Ph., *Diccionario historico de Chile*, p. 35.

⁵⁹ Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, p. 15.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 15.

Nas eleições presidenciais de 1958, Salvador Allende conseguiu um surpreendente resultado, ficando em segundo lugar, com 354 mil votos (28,76%). Apoiado pela fortalecida Frente de Ação Popular, que representava a unidade esquerdista que tanto almejava, Allende conquistou mais de 300 mil eleitores em seis anos. Jorge Alessandri, o candidato da direita, venceu com apenas 31,46% dos votos.⁶¹ Esses números começaram a incomodar Washington, principalmente quando, no ano seguinte, com o triunfo da revolução cubana, Allende viajou para Cuba para visitar seu amigo Rómulo Betancourt, que tomava posse como presidente da República, aproveitando para encontrar-se com Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara.⁶²

O governo de Alessandri coincidiu com o auge da Guerra Fria, época em que os Estados Unidos tinham, na América Latina, a prioridade de manter os soviéticos longe do continente americano. Para isso, os estadunidenses precisavam manter boas relações com seus vizinhos do sul e evitar que outros países seguissem os mesmos passos de Cuba em relação à União Soviética.

Criou-se, assim, a *Aliança para o Progresso* no continente latino-americano, que propunha levar a população ao progresso, ou seja, a uma “maior justiça social”⁶³, sem que se precisasse eleger partidos socialistas. No Chile, os Estados Unidos e sua Aliança pressionaram Alessandri a criar a primeira lei chilena de Reforma Agrária, tendo em vista a situação dos camponeses no país – havia muita terra nas mãos de uns poucos latifundiários sem cultivar, os trabalhadores rurais eram mal pagos, as crianças não tinham acesso à educação. Situação que propiciava o aparecimento de revoluções marxistas. A Igreja Católica chilena, que também temia o marxismo no país e, por isso, apoiava a ação de Washington, deu o primeiro passo com a doação de grande parte de suas terras aos camponeses. Mas a lei foi chamada pela imprensa esquerdista de “lei de enfeite”, porque, na prática, não foi aplicada.⁶⁴ Era apenas um modo de fazer com que as massas camponesas se sentissem temporariamente justificadas, dando a impressão de que essa aparente melhoria em seus níveis de vida se devia ao governo direitista de Alessandri. Ao

⁶¹ Jordi FUENTES, Lia CORTES, Fernando CASTILLO I., Arturo VALDES Ph., *Diccionario historico de Chile*, p. 35.

⁶² Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, p. 17.

⁶³ *Ibid.*, p. 20.

⁶⁴ *Ibid.*, pp. 19-20.

perceber que sua reforma agrária não passava de um instrumento para impedir revoltas camponesas, a população gradualmente retira o voto de confiança no presidente.

Esse era o clima que envolvia as eleições presidenciais de 1964, quando Allende se candidatou pela terceira vez. Seu principal adversário era o democrata-cristão Eduardo Frei Montalva que, como já vimos, propunha um programa nacionalista parecido com o de Allende, mas oferecia uma “Revolução em Liberdade”. Essa liberdade referia-se ao fato de que, se vencesse, o governo de Allende poderia tirar da população com “seus” ideais comunistas.

No ano anterior, os Estados Unidos, por meio da Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency – CIA), iniciaram seus planos de intervenção na política chilena, que foram chamados de “ações encobertas no Chile”. O objetivo dessas ações era claro: “impedir o triunfo do candidato Allende, como expresso, com toda clareza, em um memorando ‘top-secret’ enviado pelo secretário de Estado Dean Rusk à Casa Branca, datado de 14 de agosto de 1964:

‘Estamos fazendo nosso maior esforço encoberto para reduzir a chance de o Chile ser o primeiro país americano a eleger como presidente um marxista declarado.’”⁶⁵

A CIA investiu mais de 2,6 milhões de dólares⁶⁶ no apoio ao candidato do Partido Democrata Cristão, mais da metade do orçamento de sua campanha. Dois outros partidos, incluindo o Radical, também receberam fundos, de valores muito menores, para que o apoio ao PDC não ficasse tão óbvio. Em Washington, um comitê eleitoral foi formado, composto de agentes do Departamento de Estado, da Casa Branca e da CIA. Esse comitê trabalhava em conjunto com uma Estação estabelecida na Embaixada dos Estados Unidos em Santiago, que assistia aos democratas cristãos em uma forte campanha eleitoral.⁶⁷ O resultado das eleições foi influenciado por meio de propagandas anti-comunistas, tanto na mídia quanto nas ruas, e Eduardo Frei vence com 56% dos votos, contra os 39%

⁶⁵ *Ibid.*, p. 21.

⁶⁶ Os dados em dólares que aparecem neste trabalho referem-se a “dólares americanos” (USD); os valores são do período estudado, não cifras atualizadas.

⁶⁷ Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

conseguidos por Allende.⁶⁸ As ações encobertas dos Estados Unidos no Chile serão melhor discutidas mais adiante.

A derrota em 1964 não desanimou Allende, que, segundo a historiadora Patrícia Verdugo, era otimista por natureza. Agora como presidente do Senado chileno, continuava com seu objetivo de sempre: unir a esquerda. Algumas de suas atitudes foram duramente criticadas pelos conservadores, como a participação na reunião da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), uma iniciativa cubana de apoio aos movimentos insurrecionais, ou seu discurso ante a morte de Che Guevara na Bolívia, em que reclamou a devolução do cadáver, ou ainda quando recebeu pessoalmente um grupo de guerrilheiros sobreviventes, que haviam cruzado a fronteira. “Foi acusado de realizar ações inconvenientes à democracia, falou-se de inabilitá-lo como senador.”⁶⁹

Finalmente, em 1969, surge a Unidad Popular como a aliança da esquerda⁷⁰, lançando Salvador Allende em sua quarta candidatura à presidência. O ambiente social e político do Chile já não apresentava as mesmas características de 1964. As organizações populares e os sindicatos se espalharam, a população exigia mudanças reais e profundas e mesmo o PDC governante escolheu como candidato à presidência Radomiro Tomic, um de seus líderes mais progressistas, apresentando um programa similar ao de Allende. “Inclusive Tomic foi quem propôs o conceito de ‘unidade popular’ dois anos antes das eleições, sustentando que ‘a unidade social e política do povo na base’ era a fórmula para levar adiante os câmbios estruturais que a sociedade chilena requeria.”⁷¹ Washington tinha, agora, mais um motivo para preocupar-se com o Chile: outro candidato socialista.

Ao final de janeiro de 1970, Allende iniciava sua campanha eleitoral. Tinha grande facilidade de se expressar diante do público, com seu jeito cativante, sempre junto à população. A população parecia ter apenas uma coisa em mente: as eleições. Tanto a esquerda, com Allende, quanto o PDC, com Tomic, representavam uma ameaça real aos planos de Washington continuar com suas ações contra os socialistas. De nada adiantaria apoiar a candidatura do direitista Alessandri; restava apenas a sabotagem como solução.

⁶⁸ William BLUM, *Killing Hope. U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Disponível em www.stormpages.com/marting/laintervcia.htm. Acesso em 25/01/2004.

⁶⁹ Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, p. 27.

⁷⁰ A Unidad Popular reunia toda a esquerda, inclusive o Partido Radical. (Jordi FUENTES, Lia CORTES, Fernando CASTILLO I., Arturo VALDES Ph., *Diccionario historico de Chile*, p. 35.)

⁷¹ Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, p. 28.

Em 1975, o presidente estadunidense Gerald R. Ford solicitou ao Senado um estudo sobre as ações encobertas dos Estados Unidos no Chile, entre 1963 e 1973. Formou-se um comitê para conduzir o estudo e o relatório final foi entregue no dia 18 de dezembro de 1975. Esse comitê se chamava “*Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*” (o qual, a partir deste ponto, será referido como “Comitê do Senado”) e o relatório foi intitulado “*Covert Action in Chile 1963-1973*”, ou “Ações encobertas no Chile 1963-1973”, no qual parte deste trabalho é baseada. O propósito do relatório foi identificar os fatos básicos acerca das ações encobertas no Chile permitir ao Comitê responder a audiências públicas. O relatório foi baseado em uma extensa revisão de documentos da Agência Central de Inteligência – CIA, do Departamento de Estado e Defesa, do Conselho de Segurança Nacional e em testemunhos de oficiais e oficiais aposentados.⁷²

Um dos fatos relatados pelo Comitê do Senado foi que, em 25 de março de 1970, formou-se em Washington o “Comitê 40”, que aprovou, entre 1970 e 1973, investimentos de quase nove milhões de dólares para as ações encobertas contra Allende.⁷³ O Informe Church relata que fizeram parte dessas ações a compra de uma emissora de rádio, subsídios fornecidos ao *El Mercurio* (um dos jornais impressos de maior prestígio no Chile, de inclinação direitista), apoio a associações de empresários, “propaganda negra” (material falsamente impresso, distribuído para provocar conflitos entre socialistas e comunistas) etc.⁷⁴ Voltaremos à questão do uso da propaganda no capítulo III deste trabalho.

Mesmo assim, a força eleitoral da União Popular foi subestimada. No dia 4 de setembro de 1970 Allende é eleito com a maioria relativa dos votos: 36.3%. Segundo a tradição chilena, o Congresso deveria confirmar o vencedor e assim o fez. Vendo

⁷² Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

⁷³ O Comitê 40 era um organismo integrado pelo presidente da Junta do Estado Maior, general George Brown, pelo subsecretário de Defesa, William Clements, pelo subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Joseph Sisco e pelo diretor da CIA, Richard Helms. Seu objetivo principal era aprovar e exercer controle político sobre as ações encobertas no exterior para que pudessem “(textual) ‘ser desautorizadas no futuro, ou negadas de modo verossímil, pelo governo dos Estados Unidos, ou ao menos pelo presidente’, em caso de serem descobertas”. (Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973- Como os EUA derrubaram Allende*, pp. 32-33.)

⁷⁴ O Informe Church é o relatório apresentado pela comissão presidida pelo senador Frank Church e formada por mais onze senadores, que tinha a finalidade de investigar as denúncias do que ocorreu no Chile em 11 de setembro de 1973. O resultado dessa investigação foi publicado em 1975, sob o título de “*Covert Action in Chile 1963-1973*”, já citado anteriormente e que será melhor analisado mais adiante. (*Ibid.*, p. 21)

fracassados seus esforços para impedir que Allende chegasse ao poder, o presidente estadunidense, Richard Nixon, começa a tomar providências para “salvar o Chile”. Entre outras medidas, a que mais causou impacto no governo de Allende foi a intervenção na economia chilena para fazê-la “uivar de dor”⁷⁵, além da tentativa de armar um golpe militar, como já discutido neste capítulo.

3. Allende presidente

Com o enfraquecimento do governo de Eduardo Frei e do programa de reformas do Partido da Democracia Cristã, a Unidad Popular ganhava cada vez mais espaço na política nacional e simpatizantes entre as massas. O país estava em uma crescente crise econômica, que logo se tornou crise social. A industrialização substitutiva de importações iniciada por Frei requeria recursos que apenas seriam conseguidos com uma política concentradora de capital, deixando as camadas populares longe de ver cumpridas as promessas de melhoria em suas condições de vida. As taxas de investimento caíram drasticamente, prejudicando ainda mais a experiência reformista do PDC.

O programa proposto pela UP sugeria a realização de transformações socialistas a partir das próprias estruturas políticas da burguesia. O socialismo de Allende, seguindo os ensinamentos de Marx, seria a “continuidade lógica da ampliação das liberdades políticas da própria democracia liberal, enquanto a ação estatal nacionalizaria as principais empresas monopolistas, criando um núcleo socializado na economia.”⁷⁶ O objetivo era, então, instaurar o socialismo a partir de uma transformação gradual da economia, da sociedade e do Estado. A reorganização da economia seria feita com bases socialistas, com a criação de uma área de propriedade social, englobando os grandes monopólios e passando a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Seriam criadas também uma área de economia mista e outra de economia privada, complementando a área estatal.⁷⁷

O governo de Allende colocou em prática medidas “tradicionais” para enfrentar o problema da crise econômica que derrubara Frei, sem, entretanto, deixar de lado seus

⁷⁵ *Ibid.*, pp. 41-42.

⁷⁶ Emir SADER, *Democracia e ditadura no Chile*, p. 19.

⁷⁷ *Idem*, *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*, p. 43.

objetivos anti-capitalistas⁷⁸: recuperou a capacidade ociosa da indústria com o aumento dos salários, fomentando a demanda e, conseqüentemente, a produção. Isso proporcionou bons resultados no início, diminuindo as taxas de desemprego, mas, assim que a capacidade ociosa da indústria foi reabsorvida, os empresários deixaram de investir, devido à limitação de seus lucros pelo controle de preços.

Outros elementos do programa de Allende incluíam a criação de uma área estatal da economia, que regulamentaria o desenvolvimento econômico nacional; a nacionalização do monopólio dos recursos naturais chilenos (cobre, aço e nitratos), que estavam nas mãos do capital estrangeiro, principalmente estadunidense; profundas reformas agrárias; a nacionalização do setor bancário; o controle estatal do comércio exterior, aderindo aos acordos propostos pelo Pacto Andino; o estabelecimento de fortes relacionamentos comerciais com todos os países do mundo, incluindo os Estados Unidos e Cuba, procurando sempre garantir os interesses do Chile; e a independência política na arena internacional, pela auto-determinação e com o direito à não-intervenção.⁷⁹

Durante o primeiro ano de seu mandato, Allende obteve grandes êxitos na estatização de setores-chave da economia, como na indústria de mineração do cobre, no setor bancário, na indústria têxtil, da borracha, de metais básicos e no setor petrolífero. Entretanto, o mercado negro de bens de consumo popular (bebidas, calçados, móveis, produtos agrícolas) crescia, pois apenas uma pequena parte desse setor estava sob o controle estatal e o governo não conseguia assegurar um normal abastecimento ao povo. Essa foi a primeira oportunidade encontrada pela oposição, dominante no Congresso, para sabotar a política econômica de Allende, que não conseguiu impedir a volta da crise. As iniciativas do governo eram impedidas, incluindo as leis orçamentárias, o que desencadeou uma inflação descontrolada.

A UP tentou, sem sucesso, manter relações cordiais com os Estados Unidos, seguindo o plano original de seu programa de governo, que era conquistar o maior número possível de parceiros comerciais pelo mundo, mas conseguiu abrir relações diplomáticas

⁷⁸ Allende explicou, em 30 de setembro de 1973, que seu novo governo seria um governo de múltiplos partidos, nacionalista, popular, democrático e revolucionário, que caminharia rumo ao socialismo. Declarou, ainda, que não iria estabelecer um regime socialista logo de início, pois o socialismo não pode ser imposto por decreto: é um processo social de desenvolvimento. (Lester A. SOBEL, *Chile & Allende*, p. 33.)

⁷⁹ *Ibid.*, p. 33.

com Cuba, China, Coréia do Norte, Vietnã do Norte e Albânia, além de restabelecer a amizade com a União Soviética.⁸⁰

Esses múltiplos relacionamentos do Chile, tanto com países “democráticos” e com nações “comunistas”, preocupava cada vez mais a Casa Branca. Nixon mantinha sua inimizade em relação ao governo de Allende. O governo estadunidense estimulou um bloqueio financeiro internacional, fechando fontes de crédito e dificultando os fluxos comerciais com o Chile, alegando que as indenizações às empresas de cobre, que foram nacionalizadas, não tinham sido suficientes.⁸¹

Ao final do primeiro ano do governo de Allende, a oferta da produção já não correspondia à demanda proporcionada pelo aumento do nível de vida do povo. Com isso, a burguesia volta a ganhar forças, iniciando um plano de desestabilização com a “marcha das panelas vazias”, feita pelas mulheres dos ricos bairros altos de Santiago, junto a um grande número de pequenos burgueses, em dezembro de 1971.⁸²

As camadas médias da população (proprietárias e assalariadas) e setores do proletariado começaram a se mobilizar contra as políticas do governo. Os partidos de oposição intensificavam seu bloqueio às iniciativas do governo e, nas Forças Armadas, organizava-se um grupo para planejar o golpe de Estado que aconteceria em 11 de setembro de 1973. Externamente, a falta de apoio internacional aumentava a especulação, o desabastecimento, a fuga de capitais e a queda das divisas do país.

Politicamente, Allende enfrentava dificuldades em manter unida a coalizão da Unidade Popular, cujo maior partido era o Socialista. O Partido Socialista pressionava Allende a acelerar a transição ao socialismo. O segundo maior elemento era o PCC, que buscava mudanças mais graduais, dentro da legalidade. Fora da UP, a organização esquerdista mais significativa era o MIR, um pequeno, porém provocativo grupo que admirava a Revolução Cubana e encorajavam a invasão de propriedades por sem-terras e um processo revolucionário mais rápido que aquele buscado por Allende.

Durante o segundo e o terceiro ano da UP no poder, a crise econômica cresceu ainda mais. O déficit público tornara-se incontrolável, novos investimentos externos eram cada

⁸⁰ FAS, *Allende's Leftist Regime*. Disponível em <http://www.fas.org/irp/world/chile/allende.htm>. Acesso em 23/09/2003.

⁸¹ Emir SADER, *Democracia e ditadura no Chile*, p. 21.

⁸² *Ibid.*, p. 21.

vez mais escassos, o valor do cobre caía e a inflação subia a níveis estratosféricos.⁸³ O governo perdia sua legitimidade social, não conseguindo mais direcionar a política à transformação da sociedade.

Entre agosto e outubro de 1972, a oposição pôs em prática um plano de desestabilização em larga escala, com a generalização da desobediência civil, instituindo o descontrole social por todo o país. A UP respondia defensivamente, relacionando a crise às forças contrárias ao seu governo. Allende constituiu um gabinete composto de civis e militares para controlar a situação caótica entre a população. O “caráter aparentemente neutro das Forças Armadas se viu legitimado pela própria esquerda, que os erigiu em árbitros de uma disputa que tinha deslegitimado todas as outras instituições da sociedade como canais adequados para dirigir a acirrada disputa de classes.”⁸⁴

O terreno propício para o golpe que derrubaria Allende se expandia, apesar do fracasso da tentativa oposicionista de conquistar a maioria no Congresso, em março de 1973, para votar o impedimento constitucional o presidente. Enquanto os democratas-cristãos se tornavam cada vez mais ativos em suas ações frontais com o governo, o Partido Nacional, também oposicionista, conseguiu a aprovação no Parlamento de um “voto de falta de legitimidade do governo, complementando sua orientação de chamar diretamente as Forças Armadas para liquidar com o governo da UP.”⁸⁵ Os grupos paramilitares favoráveis ao golpe aumentavam a frequência de suas ações terroristas contra o governo, provocando ainda mais a insegurança e a instabilidade social.

As Forças Armadas foram ocupando gradualmente as ruas para desarticular as organizações populares pró-Allende. Quando as condições para o golpe militar estavam praticamente ideais, o grupo mais extremista e apressado do exército cercou o La Moneda, em 29 de junho de 1973, exigindo a renúncia de Allende. Essa ação, que depois foi chamada pelo general Pinochet de “um ensaio geral para o seu golpe militar”⁸⁶, foi controlada pelo governo com a atuação do ministro do Exército, o general Prats, último oficial legalista importante das Forças Armadas. Allende preferiu não punir todos os oficiais envolvidos na tentativa de golpe, pois já não contava com muitos elementos

⁸³ CHILEAN INTELLIGENCE AGENCY, *Salvador Allende's Leftist Regime, 1970-1973*. Disponível em www.fas.org. Acesso em 23/09/2003.

⁸⁴ Emir SADER, *Democracia e ditadura no Chile*, p. 24.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 25.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 28.

comprometidos com a legalidade entre os militares e temia piorar ainda mais a situação. Não estavam articuladas ainda todas as forças políticas, militares e sociais participavam do plano de desestabilização. Ao constatar que estava isolado nos altos comandos das Forças Armadas, o general Prats renunciou e Allende ingenuamente nomeia o general Pinochet para substituí-lo como comandante-em-chefe, numa tentativa de relacionar-se diretamente com o oficial mais representativo da oficialidade militar e evitar o golpe que estaria por vir. “Na prática, era como jogar álcool no fogo, querendo apagá-lo.”⁸⁷

Allende percebera que seu governo estava esgotado. Restava-lhe apenas tentar impedir que fosse substituído no poder pelos militares e, assim, idealizou um plebiscito, em que a população decidiria sobre a continuação de seu governo, sabendo que a resposta seria negativa. Não conseguindo manter-se no poder, Allende renunciaria e entregaria seu posto à autoridade institucional mais alta depois dele, ou seja, ao democrata-cristão Eduardo Frei, então presidente do Senado.

Não sabendo dos planos golpistas de Pinochet, Allende contou seu plano ao comandante-em-chefe do Exército que, para evitar a convocação do plebiscito na manhã de 11 de setembro, acelerou os preparativos para o golpe. O Palácio de La Moneda amanheceu cercado por tropas das Forças Armadas, que deram o ultimato ao presidente para que abandonasse o cargo.⁸⁸

⁸⁷ *Ibid.*, pp. 28-29.

⁸⁸ *Idem, Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo da América Latina*, pp. 40-50.

Capítulo III – As ações encobertas e o 11 de setembro chileno

Neste capítulo, procurarei discutir as formas pelas quais os Estados Unidos agiam em relação ao Chile de Allende. Veremos que, em sua busca pela vitória da democracia no continente americano, o governo estadunidense procurou formas “legítimas” de se sobrepor ao direito do Estado chileno à soberania.

Em 1950, George Kennan, que dirigira a equipe de planejamento do Departamento de Estado estadunidense, leva à atenção da Casa Branca o fato de que o principal foco de sua política externa deveria ser a proteção de suas matérias-primas – na verdade, da América Latina, considerada o “quintal” dos Estados Unidos. Para isso, era importante combater a idéia de que “o governo tem responsabilidade direta pelo bem do povo”.⁸⁹ Tal idéia, que se espalhava entre os povos abaixo do Rio Grande, era chamada pelos estrategistas estadunidenses de “comunismo”, “socialismo” ou “marxismo”, três “ismos” com o mesmo significado nos termos da política externa de Washington.

A liderança dos Estados Unidos na nova ordem mundial do pós-II Grande Guerra era ameaçada pelo crescente “ultranacionalismo” no Terceiro Mundo, ou seja, “os ‘regimes nacionalistas’ que atendiam às ‘exigências populares de elevação imediata dos baixos padrões de vida das massas’ e produção de bens que satisfaçam às suas necessidades básicas”.⁹⁰ Desde sua primeira candidatura à presidência do Chile, em 1952, Salvador Allende era visto como um exemplo dessa ameaça, principalmente por ter se aliado aos comunistas de seu país, como vimos no capítulo II deste trabalho.

O teórico crítico Robert Cox, em seu livro *Approaches to world order*, explica que haviam três formas básicas de um governo sobreviver politicamente no contexto do início da Guerra Fria: “(1) manter o apoio dos Estados Unidos (especialmente para um simpatizante americano insistentemente atacado como ‘simpatizante do comunismo’ pelos radicais da Guerra Fria, no movimento trabalhista dos Estados Unidos; e como disfarce para o ‘socialismo rastejante’, pelos elementos mais reacionários do mundo dos negócios americanos); (2) manter o princípio de ‘universalidade’, que significava tentar tornar o bloco de membros da União Soviética aceitável para o ocidente [...] e (3) alcançar e manter um grau razoável de coerência do programa numa burocracia segmentada em baronatos do

⁸⁹ Noam CHOMSKY, *O que o Tio Sam realmente quer*, p. 13.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 24.

tipo feudau.”⁹¹ Para Washington, Allende seguia o princípio da “universalidade”, tratando o bloco soviético como um possível aliado.

Medidas tinham de ser tomadas para que a experiência socialista do governo de Allende não se transformasse em um “bom exemplo” para as outras nações da América Latina. Quando se iniciou uma revolução social em Granada, um país com pouco mais de cem mil habitantes, Washington não hesitou em entrar em ação para destruir essa “grande” ameaça. O ataque a Granada era justificado, como todos os outros ataques estadunidenses à América Latina, como defesa da democracia no continente (discutida no capítulo I deste trabalho), contra a ameaça soviética. Ocorrendo um ataque soviético na Europa Ocidental, com uma Granada hostil, o abastecimento de petróleo no Caribe para aquele continente seria prejudicado e Washington ficaria impossibilitada de defender seus aliados sitiados. Se a revolução em Granada, um país tão minúsculo da América Central, viesse a ser bem-sucedida, os outros povos terceiro-mundistas da América Latina diriam: “E nós, por que não?”.⁹² O Chile de Allende era visto da mesma maneira, ou seja, como um “vírus”, a “maçã podre” que infectaria toda a região.

1. Histórico das relações entre os Estados Unidos e a América Latina

Como discutido no capítulo anterior, o Chile é marcado por sua notável história de governos civis democráticos: desde sua independência, em 1818, até o golpe de Estado de setembro de 1973, o país sofreu apenas três breves interrupções em sua tradição democrática. Entre 1932 e a queda de Allende, em 1973, a constitucionalidade no Chile permaneceu intacta.

Ao final do período estudado neste trabalho, o Chile era um dos países mais urbanizados e industrializados da América Latina, com mais de dois terços de sua população vivendo em cidades e com um Produto Nacional Bruto *per capita* de 760 dólares, (1970); o país já apresentava baixos índices de analfabetismo; o programa governamental de bem-estar social atingia a maioria da população pobre desde a década de 1960; até 1973, os chilenos gozavam de um sistema parlamentar multipartidário.

⁹¹ Robert COX, *Approaches to world order*, p. 23. *apud.* Martin GRIFFITHS, *50 grandes estrategistas das relações internacionais*, pp. 170-171.

⁹² Noam CHOMSKY, *O que o Tio Sam realmente quer*, p. 29.

A política dos Estados Unidos em relação ao Chile era feita de acordo com seus interesses diplomáticos e econômicos no hemisfério (como continua sendo, tanto para com o Chile quanto para com os demais países do mundo). No mesmo ano que reconheceu a independência chilena do governo espanhol (1823), o governo estadunidense pôs em prática a Doutrina Monroe, um documento proposto por James Monroe e aprovado pelo Congresso estadunidense que surgiu em meio ao clima tumultuoso causado pelas insurreições pela independência de várias regiões da América Latina contra o domínio espanhol e português e se tornou o pilar das relações dos Estados Unidos para com o mundo daquela época e para com seus vizinhos latinos.

Os princípios da Doutrina eram basicamente defensivos. Os Estados Unidos se colocavam como protetores das nações latino-americanas recém-emancipadas, advertindo as potências européias no sentido de que não tentassem reativar o domínio colonial sobre o continente, nem interferissem nos princípios republicanos iminentes ao processo de emancipação: o Novo Mundo estava fechado a toda futura subordinação à Europa. Em síntese, a teoria contida na mensagem se baseia em três princípios gerais:

- a) o continente americano não pode ser objeto de recolonização;
- b) é inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos, e, finalmente;
- c) os Estados Unidos, em troca, se absterão de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus.

Na mensagem ao Congresso, James Monroe foi enfático em assegurar que

"Com a existência de colônias ou dependências outras pertencentes a qualquer poder europeu nós não interferimos e seguiremos não interferindo. Mas, no caso de um governo que já declarou sua independência e conseguiu sustentá-la, e aqueles outros que já a conseguiram conquistar a sua independência anteriormente, com grande consideração e dentro de justos princípios reconhecidos, nós não podemos aceitar nenhuma interposição com o propósito de oprimi-lo, ou controlá-lo de qualquer outra maneira o destino deles, por qualquer poder europeu, ou qualquer outro que assim o fizer, será visto como uma manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos.

Na guerra entre estes novos governos e a Espanha nós declaramos a nossa neutralidade ao tempo em que ainda não atingiram o seu reconhecimento, e a isso nós nos apegamos e continuaremos nos apegando, e não alteraremos a nossa posição senão de acordo com o julgamento das autoridades competentes deste governo [dos EUA], só havendo uma mudança da parte dos Estados Unidos se for indispensável a sua segurança."

De nítida inspiração progressista, a Doutrina Monroe passou a ser utilizada como justificativa intervencionista - como um disfarce para a subordinação de parte da América Latina, especialmente da região do Caribe e da América Central aos interesses econômicos e estratégicos de Washington.⁹³

Mesmo a Doutrina Monroe tendo sido abandonada à época em que Fidel Castro subiu ao poder em Cuba, a reação dos Estados Unidos sugeria que seus princípios ainda eram seguidos. A presença de Castro estimulou a elaboração de uma nova política estadunidense no hemisfério, com uma significância especial para o Chile: a Aliança para o Progresso⁹⁴, já discutida no capítulo anterior. Havia poucos desentendimentos entre os líderes do governo, tanto no final da administração de Eisenhower quanto no início da presidência de Kennedy, em relação ao fato de que algo deveria ser feito para neutralizar a ameaça de Castro à estabilidade do “quintal” dos Estados Unidos da América.

Diante essa nova “ameaça” (a revolução comunista), Washington começou a implantar uma política dualística. A subnutrição generalizada, o analfabetismo, as péssimas condições de moradia e a situação de fome vivida pela população carente no continente latino-americano, tudo isso era visto como vantagens favoráveis à implantação de regimes comunistas. Assim, os Estados Unidos começaram a oferecer empréstimos para programas nacionais de desenvolvimento, como reformas agrárias, e apoiaram regimes civis reformistas, com o objetivo de impedir o aparecimento de outro Fidel Castro em “seu” hemisfério.

⁹³ Disponível em http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/eua_monroe2.htm. Acesso em 06/06/2004.

⁹⁴ Com o intuito de manter os soviéticos fora do continente americano, o governo dos Estados Unidos criou uma política que propunha levar o “progresso” e uma “maior justiça social” à população latino-americana, sem a necessidade de se eleger partidos socialistas. Essa política foi chamada de “Aliança para o Progresso”. No Chile, a Aliança serviu, inicialmente, para pressionar o então presidente, Jorge Alessandri, a criar a primeira lei chilena de reforma agrária que, segundo a imprensa esquerdista daquele país, era uma “lei de enfeite” pois, na prática, nunca chegou a ser aplicada. (Patrícia VERDUGO, *Chile, 1973-Como os EUA derrubaram Allende*, p. 17.)

Além disso, técnicas anti-insurreições foram desenvolvidas para combater revoltas urbanas e rurais de *guerrillas*, geralmente apoiadas pelo regime de Castro. O desenvolvimento sócio-econômico não poderia curar, em curto prazo, os males sociais, que eram vistos como alicerces do comunismo. Novos empréstimos a programas de países latino-americanos para o desenvolvimento nacional levariam muito tempo para gerar resultados. Os métodos de persuasão e influência deveriam ser repensados.

Dessa forma, dentre todos os países do hemisfério, o Chile foi escolhido para servir de exemplo do poder de uma “nova” Aliança para o Progresso, até porque a situação no Brasil já resolvida desde 1964. Sua extensa infra-estrutura burocrática propiciava o planejamento e a administração de um programa nacional de desenvolvimento, financiado pelos Estados Unidos. Além disso, seu histórico de apoio popular a partidos socialistas, comunistas e outros, de inclinação esquerdista, discutido no capítulo II deste trabalho, era visto por Washington como proximidade ao comunismo. Entre 1962 e 1969, o Chile recebeu mais de um bilhão de dólares em auxílios diretos dos Estados Unidos, incluindo empréstimos e concessões. De 1964 a 1970, cerca de US\$300 milhões em linhas de crédito de curto prazo foram disponibilizados por bancos privados estadunidenses.⁹⁵

Quase dois anos antes de Allende ser eleito, membros do governo estadunidense, principalmente da CIA, previram que as relações entre EUA e Chile estariam sob grande pressão, independentemente de qual partido vencesse a eleição presidencial de 1970. Uma Estimativa Nacional de Inteligência (NIE)⁹⁶ de 1969 relatou que quem quer que sucedesse a Frei na presidência continuaria a defender a independência chilena, cooperando menos com os Estados Unidos do que Frei e explorando relações mais amplas com países comunistas. Caso Allende vencesse, seu governo certamente praticaria políticas de afastamento do Chile em relação aos EUA. Ainda, essa NIE alertou para o fato de que as minas de cobre estadunidenses instaladas no Chile seriam nacionalizadas.

Uma NIE de 1970, publicada um mês antes da eleição de setembro, foi pessimista sobre o futuro das relações entre EUA e Chile. Relatou que, se Allende ganhasse a eleição,

⁹⁵ Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

⁹⁶ A CIA produz vários tipos de pesquisas para serem usadas nas tomadas de decisões políticas. As mais importantes delas são as Estimativas Nacionais de Inteligência (National Intelligence Estimates – NIEs). (*Ibid.*)

ele tomaria duras medidas contra os interesses comerciais de Washington no Chile e atacaria as políticas estadunidenses no hemisfério. Allende, segundo essa Estimativa, iria criar problemas de política externa aos Estados Unidos pois apoiaria o socialismo de Castro em Cuba, possivelmente se retiraria da Organização dos Estados Americanos e votaria contra os EUA na Organização das Nações Unidas.⁹⁷

1.1. As relações de Allende com países socialistas: Cuba e União Soviética

Como citado acima, a NIE de 1969 previu que qualquer novo governo chileno exploraria relações mais amplas com países comunistas e socialistas. A Estimativa concluiu que Allende, em particular, adotaria tal medida, mas não a levaria muito longe devido ao nacionalismo chileno, um obstáculo à subordinação do Chile às políticas de Moscou ou Havana, assim como de Washington. De fato, Allende expandiu as relações do Chile com Estados socialistas e comunistas, mas cuidou para que os interesses de seu país não fossem negativamente afetados por qualquer uma daquelas nações. Em suma, Allende adotou uma política de não-alinhamento – e não foi o único naquele momento.

A NIE de 1970 sobre o Chile previu a aproximação de Allende com Cuba. Mas uma NIE de 1971 declarou que as relações entre os dois países foram mais de natureza econômica do que ideológica, apesar do longo relacionamento pessoal de Allende com Castro. Ainda assim, Richard Nixon manteve seus planos em relação ao Chile, mostrando uma certa obsessão pela queda de Allende.⁹⁸

Outra NIE de 1971 dizia que, apesar da União Soviética poder continuar a fomentar os canais de influência no governo de Allende por meio do Partido Comunista do Chile, sua habilidade de causar impactos decisivos em questões-chave seria incerta, devido à postura independente do presidente chileno. Uma presença permanente dos militares soviéticos no Chile não seria bem-vinda, nem por Allende, nem por seus militares.⁹⁹

Em 1972, notou-se que os soviéticos estavam mantendo uma postura de cuidado e restrição quanto ao regime de Allende devido, em parte, à relutância de Moscou em criar ainda mais inimizade com os Estados Unidos e, mais importante, ao seu desejo de evitar, no Chile, os mesmos inúmeros gastos feitos com o apoio a Castro.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ *Ibid.*

2. As Ações Encobertas no Chile

O envolvimento encoberto dos Estados Unidos no Chile na década entre 1963 e 1973 foi extenso e contínuo. A Agência Central de Inteligência – CIA gastou três milhões de dólares no esforço para influenciar o resultado das eleições de 1964. Oito milhões de dólares foram investidos nos três anos entre 1970 e o golpe militar de setembro de 1973, dos quais mais de três milhões de dólares foram gastos apenas no ano fiscal de 1972.¹⁰⁰

O que se denominou “ações encobertas” em 1975, no relatório feito pelo Comitê do Senado estadunidense intitulado “Covert Action in Chile 1963-1973”, já explicado no capítulo II deste trabalho, inclui atividades clandestinas como ações encobertas propriamente ditas, coleta clandestina de informações e ligações com a polícia local e com os serviços de inteligência chilenos. As distinções entre os tipos de atividades são refletidas nas divisões organizacionais, tanto em Washington quanto em Santiago. Por exemplo, se a CIA oferece apoio financeiro a um partido político, isso é chamado de “ação encoberta”; se a Agência paga por informações a um partido, isso é “coleta clandestina de informações”.¹⁰¹

Projetos de ação encoberta são considerados uma categoria distinta e assim são autorizados e gerenciados. Mas é importante lembrar o que essa categoria exclui e o que ela inclui. O objetivo do Comitê do Senado foi avaliar a intenção e o efeito das atividades clandestinas do governo estadunidense no Chile. Algumas atividades secretas dos Estados Unidos que não foram rotuladas de “ações encobertas” podem ter causado importantes impactos políticos e devem ser consideradas.

A CIA conduz vários tipos de atividades clandestinas em países estrangeiros, cada uma sendo tratada de modo diferente em Washington, geralmente sob a responsabilidade de diferentes oficiais da Agência. Todas elas podem ter efeito na política externa e dependem do estabelecimento de relações clandestinas com nacionais dos países estrangeiros envolvidos para a coleta de informações internas.

De qualquer forma, o objetivo de uma ação encoberta é o impacto político. Ao mesmo tempo, relações secretas desenvolvidas para a coleta clandestina de informações

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ *Ibid.*

podem também ter efeitos políticos, mesmo que não haja a intenção por parte dos oficiais estadunidenses de manipular relações para um ganho político. Por exemplo, entre 1963 e 1973, os contatos da CIA e de militares estadunidenses com militares chilenos, feitos com o propósito de colher informações, possibilitou aos Estados Unidos a manter comunicação com os grupos mais prováveis de tomar o poder das mãos do presidente Salvador Allende.

O que o dinheiro clandestino da CIA comprou no Chile? Financiou atividades de várias naturezas, desde simples manipulação de propaganda da imprensa até amplo apoio a partidos políticos chilenos; desde pesquisas de opinião pública até ações diretas de fomento ao golpe militar. As atividades “normais” da base da CIA em Santiago (a partir deste ponto referida apenas como “Base” ou “base”) incluíam a publicação de material criado pela própria Base na mídia chilena (“propaganda negra”) e esforços para influenciar estudantes e organizações operárias contra a esquerda. Além disso, a Base em Santiago foi, em várias ocasiões, a responsável por grandes e específicos projetos, como o investimento acima citado, de mais de três milhões de dólares para influenciar o resultado das eleições de 1964, e o fornecimento de armas para a ação que culminou no assassinato do chefe das Forças Armadas do Chile, o General René Schneider (discutida no capítulo II deste trabalho). A eliminação da influência de Schneider sobre as Forças Armadas era crucial para o sucesso que qualquer tentativa de golpe no Chile.¹⁰²

A investida contra Schneider teve efeito contrário ao desejado. Os militares que simpatizavam com o falecido comandante-em-chefe mantiveram seu apoio a Allende, que assumiu a presidência em janeiro de 1971. Com isso, o Comitê 40¹⁰³ foi autorizado pela

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ Como discutido no capítulo II deste trabalho, o Comitê 40 foi um sub-gabinete do poder Executivo estadunidense cujo objetivo era analisar as propostas de ações encobertas e exercer o controle político sobre as operações encobertas no estrangeiro. Além disso, tinha a responsabilidade “moldar” essas atividades de modo que, posteriormente, sua existência pudesse ser negada pelo governo. Porém, nem todas as ações encobertas tinham de ser aprovadas pelo Comitê 40; projetos de baixo risco político ou de baixo custo operacional podiam ser aprovados dentro da própria CIA. De acordo com as estatísticas da CIA, apenas cerca de um quarto de todos os projetos de ação encoberta passaram pelo Comitê 40. Entre março de 1970 e outubro de 1973, o Comitê se reuniu 23 vezes para autorizar fundos destinados a atividades encobertas no Chile, incluindo assistência a partidos políticos de oposição a Allende, tentativa de influenciar os votos dos congressistas em outubro de 1970 para impedir a vitória de Allende, compra de uma estação de rádio chilena para ser usada como um instrumento de oposição política, financiamentos ao jornal *El Mercurio*, de Santiago e apoio a associações de empresários anti-Allende. O Comitê existiu de forma similar desde os anos 1950 sob diferentes nomes: Paine 5412, Grupo Especial (até 1964), Comitê 303 (até 1969) e Comitê 40 (desde 1969). À época da publicação do relatório “Covert Action in Chile 1963-1973”, o Comitê 40 era dirigido pelo Assistente da Presidência para Assuntos de Segurança Nacional e incluía o Sub-Secretário de Estado para Assuntos Políticos, o Secretário-em-exercício da Defesa e o Diretor de Inteligência Central. (*Ibid.*)

CIA a oferecer fundos a grupos de oposição ao governo de Allende no Chile, incluindo organizações da mídia, partidos políticos opositores e organizações do setor privado.

Deve-se salientar que, apesar das várias alegações sobre o envolvimento dos Estados Unidos da América em atividades encobertas praticadas no Chile durante os anos do governo de Allende, o Comitê do Senado, em seu relatório “Covert Actions in Chile 1963-1973”, não encontrou (e, se encontrou, não revelou) evidências do envolvimento direto do governo estadunidense no golpe de 1973. As evidências relatadas mostram apenas que Washington procurou fomentar um golpe militar no Chile em 1970 e que, a partir disso, foi adotada uma política ao mesmo tempo encoberta e descoberta, de oposição a Allende; e foram mantidos contatos com militares chilenos, incluindo oficiais que participaram do planejamento do golpe.¹⁰⁴

Outra alegação diz respeito às greves que ocorreram entre 1970 e 1971. O Comitê do Senado concluiu que o Comitê 40 não aprovou qualquer tipo de apoio direto dos Estados Unidos a grevistas durante a presidência de Allende. Entretanto, dólares do governo estadunidense foram enviados a grupos do setor privado que, por sua vez, apoiavam os grevistas: em pelo menos um caso, na greve dos caminhoneiros chilenos, uma pequena quantia de dinheiro da CIA foi repassada aos grevistas por uma organização do setor privado.¹⁰⁵

O Comitê do Senado lembrou, ainda, que o envolvimento da CIA no Chile foi incomum, ou seja, a quantidade de recursos alocados para impedir que Allende chegasse ao poder (e depois para derrubá-lo) foi maior do que em outras atividades de natureza similar, mas de modo algum esse tipo de envolvimento foi sem precedentes.¹⁰⁶

A maioria das questões levantadas pelo caso chileno refere-se à ação encoberta como um instrumento da política externa estadunidense. Foi um longo e contínuo envolvimento com a política do Chile: usaram-se quase todos os métodos de ações encobertas conhecidos na época, com exceção às operações militares. Nesse sentido, foram formuladas quatro questões básicas:¹⁰⁷

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ *Ibid.*

- (1) Por que os Estados Unidos montaram um programa de ação encoberta tão extenso no Chile?
- (2) Como foi esse grande programa de ação encoberta autorizado e dirigido? Quais foram os papéis do presidente dos Estados Unidos, do Comitê 40, da CIA, dos embaixadores e do Congresso?
- (3) Nas tomadas de decisões políticas do governo estadunidense, foram levadas em conta as análises da Inteligência sobre o Chile quando da formulação e aprovação de operações encobertas dos Estados Unidos? A experiência chilena ilustrou um conflito inerente entre o papel do Diretor da Inteligência Central como produtor de informações e seu papel como gerente de operações encobertas?
- (4) A ameaça chilena (representada por Salvador Allende) justificava a reação de Washington? Qual foi o efeito desses programas tão concentrados de ação política encoberta no Chile? Quais foram os efeitos, tanto no estrangeiro quanto domesticamente, das relações que se desenvolveram entre as agências de inteligência e as corporações multinacionais baseadas nos Estados Unidos?

3. As técnicas utilizadas nas atividades encobertas no Chile

Mesmo que o conjunto de atividades rotuladas de “ações encobertas” não incluía todos as investidas clandestinas estadunidenses com possíveis efeitos políticos, esse conjunto é amplo. As ações encobertas dos EUA no Chile abarcaram várias técnicas e afetaram muitas instituições chilenas. Incluía projetos considerados essenciais para operações encobertas, envolvendo a mídia chilena, instituições privadas, partidos políticos, influência em eleições e instituições militares, como mostrarei a seguir.

3.1. Propaganda

A mais extensa atividade de ação encoberta no Chile foi a propaganda, por ter um custo relativamente baixo. A imprensa foi amplamente usada por produzir efeito multiplicador, contando com o fato de que artigos e notas são facilmente difundidos. Foi uma atividade contínua, diminuindo durante tempos “tranqüilos” e aumentando frente a perigos e ameaças específicas.

A forma mais comum de projeto de propaganda era simplesmente o desenvolvimento de relações com “contatos” na mídia que poderiam incluir artigos ou escrevê-los “sob encomenda”. A maioria desses contatos trabalhava em jornais de Santiago. A CIA fornecia à sua Base no Chile vários tipos de orientações sobre que tipo de propaganda usar. Artigos e editoriais eram escritos, favorecendo os interesses dos Estados Unidos no mundo (por exemplo, criticando a União Soviética no caso da invasão à Checoslováquia); notícias nocivas aos Estados Unidos eram reprimidas (como notícias sobre as atividades estadunidenses no Vietnã); e artigos de crítica aos esquerdistas chilenos eram publicados.

Também eram usadas as “propagandas negras” – material forjado para parecer ser de autoria de um indivíduo ou um grupo em particular, inocentando os “verdadeiros” autores e, muitas vezes, usados para fomentar atritos entre os “falsos” autores. Na eleição presidencial de 1970, por exemplo, a CIA usou esse tipo de material para criar discórdias entre socialistas e comunistas e entre a confederação nacional do trabalho e o Partido Comunista do Chile.¹⁰⁸

Em alguns casos, o tipo de propaganda foi ainda mais direto. A Base da CIA em Santiago pagou a grupos chilenos para que colocassem cartazes, distribuíssem panfletos (de autoria da própria Base) e participassem de outras atividades nas ruas. Essas atividades faziam parte de projetos maiores, que objetivavam influenciar resultados de eleições chilenas.

Dos cerca de trinta projetos de ação encoberta no Chile realizados pela CIA entre 1961 e 1974, pelo menos seis tinham a propaganda como atividade principal. A propaganda era uma importante ferramenta para muitos projetos, particularmente para a influência em eleições (ver Tabela I).

Além de praticar a propaganda por meio de artigos e notas separados, a Base da CIA em Santiago também subsidiava inteiras empresas da mídia chilena favoráveis aos Estados Unidos. Foram financiadas organizações de mídia televisadas e radiodifundidas, revistas escritas a círculos intelectuais e um jornal semanal direitista.

¹⁰⁸ *Ibid.*

TABELA I – Técnicas de ações encobertas – Gastos realizados no Chile pelo governo dos Estados Unidos, 1963-73 (Valores arredondados para o milhar mais próximo).

Técnicas	Gastos (em USD)
Propaganda para eleições e outros tipos de apoio a partidos políticos	8.000.000,00
Produção e disseminação de propaganda investimentos na mídia de massa	4.300.000,00
Influência sobre instituições chilenas (operários, estudantes, desabrigados e mulheres) e apoio a organizações do setor privado	900.000,00
Promoção do golpe de Estado militar	200.000,00

Fonte: Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*.¹⁰⁹

A maior e mais significativa alocação de recursos financeiros, em relação à mídia, foi o fornecimento de dinheiro ao *El Mercurio*, o jornal diário mais lido de Santiago. Isso surgiu de um dos projetos de propaganda. Em 1971, a Base julgou que *El Mercurio*, a publicação de oposição mais importante no Chile, não suportaria a pressão que sofria durante o governo de Allende, que incluiu a intervenção no mercado da mídia impressa e a retirada dos anúncios de cunho governamental. O Comitê 40 aprovou o fornecimento de 700 mil dólares ao *El Mercurio* no dia 9 de setembro de 1971 e mais 965 mil dólares em abril de 1972.¹¹⁰

3.2. Influência sobre instituições e grupos chilenos

Dahl explica que, em um regime democrático, é necessária a existência de, no mínimo, 6 instituições políticas: funcionários eleitos; eleições livres, justas e freqüentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; autonomia para as associações e; cidadania inclusiva. “O controle das decisões do governo sobre a política é investido constitucionalmente a funcionários eleitos pelos cidadãos (...)”, que “são escolhidos em eleições freqüentes e justas em que a coerção é relativamente incomum.” Dahl continua: “Os cidadãos têm o direito de se expressar sem o risco de sérias punições em questões políticas amplamente definidas, incluindo a crítica aos funcionários, o governo, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia prevalecente. (...) Os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e afins (...) [e] de formar associações ou

¹⁰⁹ Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

¹¹⁰ Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

organizações relativamente independentes, como também partidos políticos e grupos de interesses.”¹¹¹

Como discuti no capítulo I deste trabalho, a insistência dos Estados Unidos pela manutenção de sua democracia no mundo tem um significado diferente dos ideais democráticos buscados pelas massas. Para o governo estadunidense, a democracia deve servir a uma ordem econômica favorável a seus interesses.

Assim, contrariando às exigências mínimas para ser considerado um governo democrático, Washington procurou influenciar as ações de várias instituições e grupos da sociedade chilena para impedir, ou ao menos diminuir, a influência comunista e socialista sobre políticas governamentais e grupos organizados. Obviamente, projetos como esses também envolviam o uso da propaganda.

De 1964 a 1968, a CIA desenvolveu relações com membros do Partido Socialista Chileno e do Gabinete do governo nacional. O objetivo era claro: influenciar o andamento dos eventos políticos no Chile.

Os projetos eram direcionados, por exemplo, a:

- Lutar contra o controle comunista das organizações estudantis em universidades chilenas;
- Apoiar um grupo feminino ativo na vida política e intelectual do Chile;
- Combater a Central Única de Trabajadores Chilenos (CUTCH), dominada por comunistas, e apoiar grupos trabalhistas democráticos; e
- Explorar uma ação civil para combater a influência comunista dentro dos círculos cultural e intelectual.

Instituições como essas representavam a base das massas e da baixa sociedade chilenas, onde os ideais socialistas teriam mais possibilidades de se fortalecerem. Caso isso acontecesse, um regime de Allende seria facilmente legitimado pela população e a promoção de um golpe de Estado não seria possível.

¹¹¹ Robert A. DAHL, *Sobre a democracia*, pp. 99-100.

3.3. Influência sobre eleições chilenas

As atividades encobertas estadunidenses foram fator importante em quase todas as eleições chilenas entre 1963 e 1973. Em várias ocasiões, a intervenção dos Estados Unidos foi intensa.

A eleição presidencial de 1964 foi o exemplo mais claro de um projeto eleitoral de larga escala. A Agência Central de Inteligência investiu mais de 2.6 milhões de dólares em apoio à eleição do candidato do Partido Democrata Cristão, Eduardo Frei, em parte para impedir a ascensão do marxista Salvador Allende. Mais da metade da campanha de Frei foi financiada pelos Estados Unidos, apesar dele não ter sido informado sobre o fato. Além disso, a Base da CIA ofereceu apoio a vários grupos de estudantes, mulheres, profissionais e desabrigados pró-PDC. Outros dois partidos políticos também receberam fundos, numa tentativa de espalhar os votos.¹¹²

Em Washington, um comitê eleitoral foi estabelecido, composto pelo Departamento do Estado, a Casa Branca e oficiais da CIA. Esse comitê era auxiliado por um grupo formado na embaixada dos Estados Unidos em Santiago. Não foi formada uma força-tarefa dentro da CIA, mas a Base em Santiago recebeu reforços. A Base orientava o PDC na administração de uma campanha de estilo estadunidense, que incluiu propaganda clandestina.

O envolvimento dos Estados Unidos em eleições não se limitou a campanhas presidenciais. Nas eleições para o Congresso chileno de 1965, por exemplo, a Base foi autorizada pelo Comitê 303 a investir até 175 mil dólares. Apoio encoberto foi dado a alguns candidatos selecionados pelo embaixador no Chile e pela própria Base. Um memorando da CIA sugeriu que esse projeto teve certo impacto, incluindo a eliminação de vários candidatos da FRAP.

3.4. Apoio a partidos políticos

A maior parte do apoio clandestino a partidos políticos teve o objetivo de influenciar resultados de eleições. Entretanto, em várias ocasiões a CIA forneceu subsídios a partidos com propósitos mais gerais, fora de época de eleições, principalmente durante os

¹¹² Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

anos de Allende na presidência, entre 1970 e 1973, quando Washington julgou ser impossível a sobrevivência dos partidos centristas e da direita, nem como elementos de oposição, nem como opositores nas eleições futuras.

De 1971 a 1973, o Comitê 40 autorizou quase quatro milhões de dólares para partidos de oposição no Chile. Mais da metade desse dinheiro foi destinado ao Partido Democrata Cristão e outra parte substancial, ao Partido Nacional, um agrupamento de conservadores mais ativo contra Allende do que o PDC. Esforços também foram feitos no sentido de desmembrar a Unidad Popular, que estava no poder.

No início de 1971, o PDC e o PN usaram grande parte dos subsídios que receberam da CIA para a compra de suas próprias estações de rádio e jornais. Todos os partidos de oposição receberam dinheiro antes das eleições municipais de abril daquele mesmo ano e para as eleições para o Congresso de julho e, novamente, em março de 1973. Em novembro do primeiro ano do governo de Allende, mais fundos foram liberados para fortalecer o PDC, o PN e outros partidos. Os recursos financeiros fornecidos pela CIA não só foram usados para apoiar candidatos de oposição nas várias eleições, mas também para possibilitar que esses partidos mantivessem campanhas contra Allende, voltando a população contra o governo. Tudo isso era feito de forma a criar uma oposição unida por todo o país.¹¹³

3.5. Apoio a organizações do setor privado

Como parte de seu programa de apoio a elementos de oposição durante o governo de Allende, a CIA forneceu recursos financeiros a várias organizações comerciais do setor privado chileno. Em setembro de 1972, por exemplo, o Comitê 40 autorizou o fornecimento de 24 mil dólares a um grupo de empresários anti-Allende. O Comitê 40 autorizou mais 100 mil dólares a organizações privadas em outubro de 1972, como parte do projeto eleitoral de março de 1973.¹¹⁴

Fundos aprovados pelo Comitê 40 foram usados para ajudar a manter e fortalecer a oposição democrática no Chile. Apesar da CIA alegar não ter tido envolvimento com a greve dos proprietários de caminhões ou com a desordem que levou ao golpe de 1973, a

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ *Ibid.*

questão de seu apoio a grupos do setor privado é um assunto de considerável importância por causa das violentas táticas utilizadas por esses grupos para propiciar a intervenção militar.

As decisões sobre apoiar ou não grupos privados foram discutidas na Embaixada dos Estados Unidos em Santiago e pelo Comitê 40 entre o final de 1972 e 1973. Em setembro de 1972, o Comitê 40 liberou 24 mil dólares para um “apoio emergencial” a uma poderosa organização empresarial, mas decidiu não financiar outras organizações do setor privado por causa da possibilidade de estarem envolvidos em greves contra o governo. Mesmo assim, em outubro do mesmo ano, o Comitê aprovou o fornecimento de 100 mil dólares a três organizações privadas, como parte dos 1,5 milhões de dólares destinados a grupos de oposição. De acordo com a CIA, esse apoio financeiro a grupos do setor privado foi limitado a atividades específicas em apoio a campanhas eleitorais da oposição.¹¹⁵

Após as eleições de março de 1973, nas quais os partidos opositores falharam na tentativa de obter dois terços das cadeiras no Senado, o que poderia permitir um *impeachment* a Allende, o governo estadunidense reorganizou suas táticas. Aparentemente, um golpe militar era inviável, mas havia a possibilidade de que o aumento da insatisfação popular por todo o país induziria as Forças Armadas a intervir no governo para restaurar a ordem.¹¹⁶

Em agosto daquele ano, o Comitê 40 aprovou uma nova proposta para o fornecimento de um milhão de dólares a partidos de oposição e a grupos do setor privado. Essa quantia não foi passada às organizações privadas antes do golpe militar, que aconteceu três semanas depois. Enquanto essas deliberações aconteciam, a Base da CIA em Santiago solicitou à sede em Washington a verificação sobre a viabilidade de um apoio mais agressivo à oposição, inclusive aos caminhoneiros. No dia 25 de agosto de 1973, 16 dias antes do golpe, a sede da CIA informou à sua Base que a verificação estava sendo feita, mas sua proposta nunca foi aprovada.

Com relação à greve dos caminhoneiros, o envolvimento do Comitê 40 permanece sem explicação clara. A CIA alega não ter aprovado apoio direto aos grevistas. Mas os estudos realizados pelo Comitê do Senado estadunidense sobre as ações encobertas no

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibid.*

Chile mostram que as duas longas greves que antecederam o golpe (a segunda durou de 13 de julho até 11 de setembro de 1973) não poderiam ter sido mantidas apenas com os recursos do sindicato. Não se sabe se ou até que ponto os fundos fornecidos pela CIA aos partidos de oposição foram repassados aos grevistas, mas foi comprovado que eles receberam apoio ativo de vários grupos privados que tiveram acesso ao dinheiro da CIA.¹¹⁷

3.6. Promoção do golpe militar em 1970

As ações encobertas estadunidenses direcionadas aos esforços para mudar a direção da política chilena atingiram seu cume em 1970: a CIA foi incumbida de promover um golpe militar no Chile para impedir Allende de chegar ao poder. Essa tentativa, chamada de “Track II”, será discutida mais adiante.

No dia 15 de setembro de 1970, após Allende ter terminado em primeiro, mas antes do Congresso ter escolhido entre ele e seu oponente, Alessandri, o presidente Richard Nixon se encontrou com Richard Helms, o então Diretor da CIA, e Henry Kissinger, Assistente da Presidência para Assuntos de Segurança Nacional. Helms recebeu instruções para impedir a vitória de Allende, sem que o Departamento de Estado e Defesa, ou o embaixador em Santiago, tomasse conhecimento. O Track II nunca foi discutido em reuniões do Comitê 40.¹¹⁸

A Casa Branca e a CIA chegaram à conclusão de que a única saída seria um golpe militar. Para isso, a Agência estabeleceu contatos com vários grupos de sabotadores militares e, eventualmente, forneceram três armas e gás lacrimogêneo a um deles. Qualquer tentativa de golpe de Estado fracassaria caso o comandante-em-chefe das Forças Armadas Chilenas, o General René Schneider, não fosse eliminado. Schneider foi assassinado quando o grupo que recebeu as armas tentou seqüestrá-lo (o assassinato do General Schneider foi discutido no capítulo II, página 23, do presente trabalho), mas a CIA alega que havia retirado seu apoio a esse plano uma semana antes do ocorrido.¹¹⁹ O golpe falhou e Allende assumiu seu cargo na presidência da República.

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ *Ibid.*

4. Políticas econômicas dos Estados Unidos em relação ao Chile: 1970-1973

As atividades dos Estados Unidos em relação ao regime de Allende, além de esforços diplomáticos, ações encobertas e apoio militar, consistiam de políticas econômicas restritivas, que tiveram papel crucial na tarefa de influenciar os cidadãos chilenos contra o governo. Para entendermos os efeitos das ações encobertas, é preciso saber sobre as pressões econômicas que as acompanharam.

A situação da economia chilena vivida por Allende entre 1970 e 1973 foi resultado da acumulação de vários fatores, internos e externos, os quais tentarei resumir a seguir.

4.1. A dependência econômica chilena

No Chile, a economia orientada à exportação continuava sendo, em 1970, dependente da comercialização de um único produto, o cobre, do mesmo modo que dependia das exportações de nitrato no século XIX. Por isso, o governo de Allende adotou uma política de diversificação do comércio exterior chileno por meio da expansão de suas ligações com a Grã-Bretanha, com os demais países da Europa Ocidental e com o Japão, além de abrir negociações de menor amplitude com outros países do bloco oriental.¹²⁰

Entretanto, a dependência econômica chilena dos Estados Unidos não deixou de ser um fator importante durante os anos de Allende. Em 1970, o investimento direto privado estadunidense no Chile chegou a 1,1 bilhões de dólares, do total de 1,672 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros. As empresas estrangeiras atuavam em quase todas as áreas críticas da economia chilena. Além disso, as corporações estadunidenses controlavam oitenta por cento da produção de cobre, somando 4/5 dos rendimentos chilenos advindos do comércio exterior. Por isso, o governo de Allende estava frente a uma situação onde as decisões das companhias estrangeiras tinham influências significativas sobre a economia chilena.

O país acumulara uma grande dívida externa durante o governo de Frei, principalmente junto a bancos internacionais e privados. No início de 1972, o Chile conseguiu renegociar 800 milhões de dólares em débitos a governos estrangeiros e os débitos de médio-prazo a bancos estadunidenses. No mesmo ano, obteve 600 milhões de dólares em créditos e empréstimos de países do bloco socialista e de outras fontes

¹²⁰ *Ibid.*

ocidentais. Entretanto, esses créditos poderiam ser utilizados apenas gradualmente, em projetos específicos de desenvolvimento.

Mesmo com a política de diversificação do comércio exterior, o Chile continuava dependente da importação de partes essenciais de reposição para automotores. O crédito comercial oferecido pelos Estados Unidos caiu de 300 milhões de dólares, durante o governo de Frei, para apenas 30 milhões em 1972. Essa queda, resultado de fatores econômicos e políticos, afetou seriamente a habilidade do governo chileno de adquirir bens de capital e maquinaria para os setores mais críticos de sua economia: cobre, aço, eletricidade, petróleo e transporte.

Ao final de 1972, o Ministério da Economia do Chile estimou que quase 1/3 dos caminhões da Mina de Cobre de Chuquicamata, 30 por cento dos ônibus urbanos controlados por empresas privadas, 21 por cento dos táxis e 33 por cento dos ônibus do Estado não podiam circular por causa da falta de peças e pneus.¹²¹

A política econômica da Casa Branca em relação ao governo de Allende era articulada nos níveis mais altos do governo de Nixon e coordenada por grupos inter-agências. Isso estava claramente definido durante o período do Track II (que será discutido mais adiante). As anotações feitas por Richard Helms na reunião com o presidente Nixon que deu início ao Track II, contém as palavras: “Faça a economia gritar” (ver anexo I, p. 65).

As pressões econômicas deveriam ser impostas por vários meios. Toda nova assistência externa deveria ser impedida. A Casa Branca usaria sua forte influência em instituições financeiras internacionais para diminuir o fluxo de novos créditos multilaterais e qualquer outro tipo de assistência financeira. O financiamento a investimentos privados de empresas estadunidenses no Chile seriam cancelados, ao mesmo tempo em que essas empresas seriam informadas das políticas restritivas do governo.

Os dados comprovam: a ajuda financeira bilateral dos Estados Unidos caiu de 35 milhões de dólares, em 1969, para 1,5 milhões, em 1971 (ver Tabela II). Os créditos do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (BEI), que totalizaram 234 milhões em 1967, caíram para zero em 1971. Empréstimos do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) – no qual os Estados Unidos controlavam 40 % dos votos – o

¹²¹ *Ibid.*

suficiente para vetar qualquer empréstimo “pequeno” do BID, caíram de 46 milhões de dólares, em 1970, para apenas 2 milhões, em 1972. Da mesma forma, o Banco Mundial (BM) deixou de fazer empréstimos ao Chile entre 1970 e 1973. Entretanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) liberou, entre 1971 e 1972, aproximadamente 90 milhões de dólares ao Chile para diminuir as dificuldades com a balança comercial.

TABELA II – Ajuda externa ao Chile proveniente de agências do governo estadunidense e de instituições internacionais (em milhões de dólares).

Ano Fiscal	1953-61	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Total de ajuda econômica dos EUA	339,7	169,8	85,3	127,1	130,4	111,9	260,4	97,1	8,8	29,6	8,6	7,4	3,8	9,8
Food for Peace (EUA)	94,2	6,6	22,0	26,9	14,2	14,4	7,9	23,0	15,0	7,2	6,3	5,9	2,5	3,2
BEI	169,0	0,8	16,2	15,3	8,2	0,1	234,6	14,2	28,7	3,3	0	1,6	3,1	98,1 (1)
Total de ajuda militar (EUA)	41,8	17,8	30,6	9,0	9,9	10,1	4,1	7,8	11,8	0,8	5,7	12,3	15,0	15,9
Total proveniente de organizações internacionais (2)	135,4	18,7	31,2	41,4	12,4	72,0	93,8	19,4	49,0	76,4	15,4	8,2	9,4	111,2
BM	95,2	0	0	22,6	4,4	2,7	60,0	0	11,6	19,3	0	0	0	13,5
BID	5,7	15,1	24,4	16,6	4,9	62,2	31,0	16,5	31,9	45,6	12,0	2,1	5,2	97,3

(1) Inclui Exp-Imp: 57,0 e outros: 41,1.

(2) Contribuições dos Estados Unidos a OIs incluídas; a ajuda financeira estadunidense e internacional não devem ser somadas.

Fonte: Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*.¹²²

5. O papel das empresas multinacionais nas ações encobertas

Durante a campanha presidencial de 1964, representantes estadunidenses de empresas multinacionais (EMNs) apresentaram à CIA uma proposta para fornecer, ilegalmente, fundos de campanha ao Partido Democrata Cristão, que totalizariam 500 mil dólares, a serem administrados pelo governo dos Estados Unidos para impedir a vitória de Salvador Allende. Essa proposta chegou ao Comitê 303 (que se tornou Comitê 40, em 1969), que decidiu não aceitá-la. Segundo o Comitê, ofertas de empresários não poderiam ser aceitas por não serem um meio seguro e nem honroso de se fazer “negócios”.

¹²² Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

Entretanto, quantias em dinheiro provenientes de uma grande empresa privada acabaram sendo repassadas pela CIA ao PDC.¹²³

Em 1970, o governo estadunidense e várias empresas multinacionais formavam uma oposição à candidatura e, posteriormente, à presidência de Allende. Essa conexão aconteceu em duas fases. A Fase I consistiu em ações tomadas pela CIA e por EMNs estadunidenses na época em que a política oficial dos EUA era de não apoiar, mesmo encobertamente, qualquer candidato ou partido no Chile. Durante essa fase, entretanto, a Agência foi autorizada a praticar operações encobertas de sabotagem para derrubar Allende. A Fase II seguiu com as relações da CIA com EMNs após as eleições de setembro de 1970. Durante essa fase, os Estados Unidos passaram a apoiar elementos de oposição em esforços conjuntos com multinacionais.¹²⁴

A possibilidade de Allende ser eleito presidente incomodava muitas EMNs, principalmente por sua intenção declarada de nacionalizar indústrias básicas e indústrias prestadoras de serviços, como a empresa nacional de telefonia, na época, uma subsidiária da International Telephone and Telegraph, Inc. – ITT.¹²⁵

Em 1964 Allende foi derrotado. O fato de que seus oponentes tinham sido apoiados pelo governo dos Estados Unidos não era segredo no Chile e entre as multinacionais que tinham interesses significantes naquele país. John McCone, ex-diretor da CIA e um dos membros da diretoria da ITT em 1970, sabia do envolvimento do governo estadunidense em 1964 e da oferta feita então por empresas dos EUA e passou essa informação ao presidente da diretoria da ITT, Harold Geneen.¹²⁶

Em julho de 1970, um representante da CIA em Santiago, em uma reunião com representantes da ITT, indicou que Jorge Alessandri poderia se beneficiar de uma assistência financeira. A Base sugeriu o nome de um indivíduo que poderia ser usado como um canal seguro para passar esses fundos à campanha de Alessandri. Pouco tempo depois, McCone entrou em contato com o diretor da CIA, Richard Helms. Como resultado disso, uma reunião foi agendada entre o presidente da diretoria da ITT e o chefe da Divisão do

¹²³ Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

¹²⁴ *Ibid.*

¹²⁵ *Ibid.*

¹²⁶ *Ibid.*

Hemisfério Ocidental da CIA. Geneen ofereceu uma quantidade substancial de dinheiro à CIA para ser usada no apoio a Alessandri. A CIA recusou, mas indicou que o dinheiro poderia ser levado diretamente por aquele “canal seguro”, o que aconteceu novamente em outras ocasiões.

Após as eleições de 4 de setembro, o governo dos Estados Unidos adotou ma política de pressão econômica contra o Chile, como já vimos. O Departamento de Estado foi incumbido pelo Comitê 40 de entrar em contato com empresas estadunidenses que tinham interesse no Chile para ver se podiam ser convencidas a seguir sua política em relação àquele país. A ITT deveria ter uma participação mais ativa nesse contexto.

O jornal *El Mercurio*, de Santiago, foi amplamente usado por Washington em seus esforços anti-Allende. O governo dos Estados Unidos e a ITT canalizavam dinheiro a pessoas associadas ao jornal, tanto antes quanto após Allende subir ao poder.

6. Track I e II

Como nenhum candidato conseguiu a maioria dos votos nas eleições presidenciais de setembro de 1970, mesmo Allende tendo recebido mais votos que os outros, segundo a Constituição chilena, o Congresso deveria entrar em sessão para decidir entre os dois candidatos com maior número de votos. A sessão do Congresso foi marcada para 24 de outubro.

O Comitê 40 se reuniu no dia 8 de setembro para discutir a ação que deveria ser tomada antes de 24 de outubro. No dia 15 de setembro, o presidente Nixon informou ao diretor da CIA, Richard Helms, que um regime de Allende no Chile não seria aceito pelos Estados Unidos e instruiu a CIA a participar diretamente na organização de um golpe de Estado militar para impedir a ascensão de Allende ao La Moneda.¹²⁷

Os procedimentos do governo estadunidense seguiu em duas linhas: o Track I (Linha I) tratava de todas as atividades encobertas aprovadas pelo Comitê 40, incluindo atividades políticas, econômicas e de propaganda, que tinham como objetivo induzir os oponentes de Allende no Chile a impedir que assumisse o poder, tanto por meios militares quanto políticos. O Track II (Linha II) direcionava os esforços de Washington para encorajar os militares chilenos a se voltarem contra Allende.

¹²⁷ *Ibid.*

6.1. Track I

Inicialmente, o Comitê 40 e a CIA procuraram apoiar a reeleição de Frei para impedir a vitória de Allende, o que seria uma solução constitucional ao “problema”. A idéia era conseguir suficientes votos no Congresso para eleger Alessandri, que deveria imediatamente deixar a presidência, possibilitando uma eleição especial, na qual Frei seria o candidato com maiores chances de vencer. Como esse esquema requeria subornar congressistas chilenos para votarem em Alessandri, essa alternativa foi considerada inviável.¹²⁸ Além disso, Frei não concordou com o esquema por considerá-lo “anti-constitucional” (lembramos que, como discutido no capítulo II do presente trabalho, Eduardo Frei tinha valores similares aos de Allende, em relação à Constituição e à sua ideologia socialista).

Em uma reunião no dia 14 de setembro, o Comitê 40 concluiu que uma campanha de propaganda deveria ser feita pela CIA para disseminar a idéia de que o regime de Allende traria sérios danos ao Chile. Essa campanha serviria para influenciar Frei (caso aceitasse participar do esquema), a elite e os militares chilenos.

Vários componentes faziam parte dessa campanha. Previsões de um colapso econômico sob o governo de Allende eram mostradas em jornais europeus e latino-americanos. Em resposta às críticas do candidato Allende ao *El Mercurio*, a CIA orquestrou mensagens de protesto de jornais estrangeiros, uma declaração de protesto da associação internacional da imprensa e uma cobertura mundial desses protestos. Além disso, jornalistas (ou, muitas vezes, agentes disfarçados) viajavam ao Chile para fazer reportagens *in loco*. Até 28 de setembro, a CIA tinha “jornalistas” de dez diferentes países no Chile. Esse grupo era acompanhado de outros oito jornalistas de cinco países diferentes, sob o comando de agentes da CIA, que tinham consideráveis poderes sobre a mídia.

Ainda, a CIA contava com seus próprios recursos para gerar propaganda anti-Allende no Chile, o que incluía apoio à imprensa ilegal; inclusão de artigos nos jornais locais; financiamento a um pequeno jornal de Santiago, subsídios indiretos ao *Patria y Libertad*, um grupo de oposição ativa a Allende, que tinha sua própria rádio; e envio de

¹²⁸ *Ibid.*

artigos estrangeiros diretamente a Frei, sua esposa, líderes selecionados e à imprensa doméstica chilena.¹²⁹

6.2. Track II

A segunda linha de procedimentos foi colocada em prática no dia 15 de setembro de 1970, quando Nixon instruiu a CIA a participar diretamente na organização de um golpe de Estado no Chile. A Agência deveria agir sem o envolvimento do Departamento de Estado ou da Defesa e sem informar o embaixador Korry.

Entre os dias 5 e 20 de outubro de 1970, a CIA fez 21 contatos com oficiais militares e com carabineros (policiais) do Chile. Os chilenos inclinados a participar de um golpe eram assegurados de que receberiam forte apoio do governo dos Estados Unidos, antes e depois do evento.

De fato, os Track I e II se moveram juntamente durante o mês após o 15 de setembro. Korry, formalmente excluído do Track II, recebeu autorização para encorajar um golpe militar, contanto que Frei estivesse de acordo. Na reunião de 14 de setembro, o embaixador e outros membros da missão da embaixada foram autorizados a intensificar seus contatos com oficiais militares chilenos para se certificarem de sua intenção de apoiar o esquema Frei. Ainda, os militares foram informados de que, caso Allende fosse efetivado como presidente, eles não mais receberiam apoio militar (MAP) dos Estados Unidos. Depois disso, todo MAP foi suspenso, com seu retorno dependendo do resultado da eleição do Congresso de 24 de outubro.

Apesar dos esforços, nenhuma das linhas de procedimentos obteve sucesso. O Congresso chileno confirmou a vitória de Allende, que assumiu a presidência no dia 3 de novembro de 1970.

¹²⁹ *Ibid.*

CONCLUSÕES

O fato de ter o Chile tido uma notável tradição democrática não deixou o país livre do intervencionismo estadunidense. Na verdade, a democracia buscada pelos chilenos em toda a sua história política diferia muito da democracia pregada por Washington. Como foi discutido na segunda parte do capítulo I, apenas seriam considerados “democráticos” os governos cuja elite (empresariado, oligarquia, forças armadas) respeitasse os interesses dos investidores estadunidenses, não importando a forma de governo adotada. Quando, em 1952, Salvador Allende aparece pela primeira vez como candidato à presidência, o governo dos Estados Unidos se alerta para a possibilidade do surgimento de um forte movimento social-democrata na América do Sul, contrário aos seus interesses econômicos no continente.

A Guerra Fria entre os EUA e a ex-União Soviética serviu de amparo aos planos de Washington no continente americano. Todo governo latino-americano que se opusesse às políticas econômicas dos Estados Unidos era rotulado de comunista, o que “legitimava” qualquer ação intervencionista para a “restauração da democracia” na região. A soberania dos países localizados abaixo do Rio Grande é, desde a Doutrina Monroe, limitada a servir às necessidades estadunidenses. Na prática, até os dias de hoje, houve apenas um Estado verdadeiramente soberano em toda a América, cujo poder econômico e militar sempre se sobrepôs aos interesses internos das demais nações.

Allende era um marxista declarado, preocupado com o bem-estar de seu povo. Sua social-democracia visava devolver o controle dos meios de produção ao país, o que implicava, entre outras coisas, na nacionalização de empresas estrangeiras, sobretudo as mineradoras estadunidenses de cobre, maior riqueza mineral do Chile entre os anos 1930 e 1970. Defendeu, porém, durante sua vida política, a constitucionalidade governamental em seu país e a prática da democracia em prol de toda a nação. Não representava uma ameaça real aos ideais democráticos, mas sim ao imperialismo capitalista dos Estados Unidos.

Isso bastou para que Washington mobilizasse todos os seus recursos para impedir a ascensão de Allende ao poder. Allende era a “maçã podre” que devia ser removida do cesto. Assim, como discuti ao longo deste trabalho, a Casa Branca, por meio da CIA, pôs em prática suas ações encobertas no Chile, que envolveram, entre outras coisas, a manipulação da mídia chilena e internacional, além de outros meios de comunicação, para

transformar Salvador Allende na mais temível ameaça aos ideais democráticos (estadunidenses) da América Latina desde Fidel Castro.

Mesmo com todos os seus esforços, a Casa Branca não conseguiu impedir que Allende assumisse o La Moneda em novembro de 1970. A partir de então, as atividades clandestinas da CIA no Chile foram intensificadas, fazendo com que o governo de Allende perdesse a legitimidade frente à população chilena. No cenário mundial, Washington cuidou para que os planos econômicos do governo de Allende fossem vistos como negativos aos olhos dos investidores estrangeiros. Quase toda assistência externa ao Chile foi cortada, incluindo aquelas provenientes do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID. O financiamento a investimentos privados de empresas estadunidenses no Chile foram cancelados, informando aos empresários sobre as políticas restritivas do governo dos EUA àquele país. Além disso, partidos políticos e outros grupos de oposição receberam verbas, tanto para campanhas eleitorais quanto para disseminar propaganda contrária a Allende, o que resultou em sua derrota nas eleições presidenciais de 1958 e 1964 e na queda de sua popularidade durante seu governo (1970-73).

Neste trabalho, procurou-se mostrar o quanto a hierarquia de poder é explícita na política internacional. A intervenção de um Estado nos assuntos internos de outro ganha legitimidade desde que esse Estado seja uma potência verdadeiramente soberana, ou seja, desde que suas determinações possam influenciar as decisões dos governos das demais nações. Esse é o caso dos Estados Unidos da América. Manter sua hegemonia é, nas palavras de Noam Chomsky, “o que o Tio Sam realmente quer”.

BIBLIOGRAFIA

1. ALEXANDER, Robert J. *Latin American Political Parties*. New York : Praeger Publishers, 1973.
2. BENEWICK, Robert, GREEN, Philip. *The Routledge Dictionary of Political Thinkers*. Second Edition, London : Routledge, 1998.
3. BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*; tradução de Sérgio Bath, 7^a ed. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1994.
4. CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier, PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*; tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2000.
5. CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*; tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro : Record, 2003.
6. CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*; tradução de Sistílio Testa e Mariuchka Santarrita. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1999.
7. COX, Robert. *Approaches to world order*. apud. GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*; tradução de Vânia de Castro. – São Paulo : Contexto, 2004.
8. DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*; tradução de Beatriz Sidou. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
9. FUENTES, Jordi, CORTES, Lia, CASTILLO I., Fernando, VALDES Ph., Arturo. *Diccionario historico de Chile*. Sexta edición, Santiago de Chile : Editorial del Pacifico, S.A., 1980.
10. MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público, I Volume*. 13^a edição, Rio de Janeiro : Renovar, 2001.
11. ROBERTSON, David. *A Dictionary of Modern Politics*. 3rd Edition, London : Europa Publications, 2002.
12. ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*; tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
13. SADER, Emir. Chile, 30 anos atrás. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11.09.2003. Caderno Opinião, p. A3.

14. SADER, Emir. *Cuba, Chile Nicarágua: Socialismo na América Latina*. São Paulo : Atual, 1992.
15. SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1984.
16. SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Madrid : Aguilar, 1971.
17. SOBEL, Lester A. *Chile & Allende*. New York : Favts on File, 1974.
18. TOURAINE, Alain. *O pós socialismo*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1988.
19. TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*; tradução de Nuno Canas Mendes. – Martins Codex : Publicações Europa-América LTD., 1993.
20. VERDUGO, Patricia. *Chile, 1973 – Como os EUA derrubaram Allende*. Rio de Janeiro : Revan, 2003.
21. VIOTTI, Paul R., KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. 3rd ed., Needham Heights : Longman Publishers, 1999.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

1. BLUM, William. *Killing Hope. U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Disponível em <http://www.stormpages.com/marting/laintervcia.htm>, acesso em 25/01/2004.
2. CANNEY, Heyward, *Concise Summary of the Cold War*. Disponível em <http://www.coldwar.org>. Acesso em 27/02/2004.
3. CHILEAN INTELLIGENCE AGENCY, *Salvador Allende's Leftist Regime, 1970-1973*. Disponível em <http://www.fas.org>. Acesso em 23/09/2003.
4. COMBLIN, José. *Os rumos do século XXI*. Disponível em <http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/Comblin.htm>. Acesso em 21/04/2004.
5. HUMAN RIGHTS WATCH. Disponível em <http://www.hrw.org/reports98/chile/Chilerpt-03.htm>. Acesso em 18/04/2004.
6. JOURNAL OF THE HOUSE OF REPRESENTATIVES OF THE FIRST SESSION OF THE 87TH GENERAL ASSEMBLY OF THE STATE OF SOUTH CAROLINA, p. 1085. Disponível em <http://www.bartleby.com/73/233.html>. Acesso em 10/03/2004.
7. MAGNOLI, Demétrio. *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas. Unidade 1 – O Sistema Internacional de Estados: História e Conceitos. 5. O sistema bipolar e universal da Guerra Fria*. Disponível em <http://www.funag.gov.br/action.lasso?-database=Products.fp3&-layout=geral&-response=detailsumarios.lasso&-recID=5&-token.id=12630470&-search>. Acesso em 19/12/2003.
8. PBS. Disponível em http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/lo/countries/cl/cl_overview.html. Acesso em 14/04/2004.
9. SENATE SELECT COMMITTEE TO STUDY GOVERNMENTAL OPERATIONS WITH RESPECT TO INTELLIGENCE ACTIVITIES, *Covert Action in Chile 1963-1973*. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.
10. U.S. DEPARTMENT OF STATE. Disponível em <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/laws/majorlaw/warpower.htm>. Acesso em 21/04/2004.
11. U.S. DEPARTMENT OF STATE. Disponível em <http://www.foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>. Acesso em 30/01/2004.

12. U.S. LIBRARY OF CONGRESS. Disponível em <http://countrystudies.us/chile/>. Acesso em 21/04/2004.

13. U.S. LIBRARY OF CONGRESS / FEDERAL RESEARCH DIVISION. Disponível em <http://memory.loc.gov/>. Acesso em 25/02/2004.

ANEXO I

CIA, Notes on Meeting with the President on Chile, September 15, 1970:

These handwritten notes, taken by CIA director Richard Helms, record the orders of the President of the United States, Richard Nixon, to foster a coup in Chile. Helms' notes reflect Nixon's orders: 1 in 10 chance perhaps, but save Chile!; worth spending; not concerned; no involvement of embassy; \$10,000,00 available, more if necessary; full-time job--best men we have; game plan; make the economy scream; 48 hours for plan of action. This presidential directive initiates major covert operations to block Allende's ascension to office, and promote a coup in Chile.

SECRET

MEETING WITH PRESIDENT
ON CHILE AT 1522 SEPT 15, '70
PRESENT: JOHN MITCHELL & HENRY ROSSIGNOL

1 in 10 chance perhaps, but save Chile!
with spending

not concerned with involvement

no involvement of embassy

\$50,000 available, more if necessary

full-time job - best men we have

same plan

make the economy scream

48 hours for plan of action



White papers, etc., etc.
Sullivan

MEETING WITH THE PRESIDENT
ON CHILE

24, SEPTEMBER 1970 - PRESENT WORK: JOHN MITCHELL AND HENRY ROSSIGNOL

DECLASSIFIED
E.O. 12958 Sec. 3.6

NR 938,452 CIA Hr. 5/12/97

SECRET

By: KAH/MARA Date: 10/14/97